

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 14 DE JULHO DE 2009.** -----

----- **ACTA NÚMERO OITENTA E QUATRO** -----

----- No dia 14 de Julho de 2009 reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Patrícia de Lamy Barreiros, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Alfredo Delgado da Silva Preto, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Domingos Alves Pires, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Guilherme Figueiredo Nobre Gusmão, José Luís Português Borges da Silva, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Cal Gonçalves, José Manuel Rosa do Egipto, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Lúcia Marta Canha Fernandes, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente

de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Vítor Manuel Alves Agostinho, Rosa Maria Carvalho da Silva, Carlos Alberto Rebelo Costa, Rui Manuel Santos Matos Alves, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Luís José Morales de Los Rios Coelho, Maria João Bernardino Correia, Cecília da Conceição Simões Sales, João Capelo, Jorge Manuel Nascimento Fernandes, João Pedro Gonçalves Pereira e Jorge Rodrigues. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Maria Bravo Martins de Campos, António Paulo Quadrado Afonso, Carlos Manuel de Melo Barroso, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Martins Ferreira, João Nuno Vaissier Neves Ferro, José Joaquim Vieira Pires e Luís Ângelo da Silva Campos. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva. -----

----- José Ribeiro Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia. -----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Coelho. -----

----- Marta Rebelo (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria João Correia. -----

----- Sérgio Cintra, Sousa Nascimento, João Pinheiro, Maria João Faria, Nuno Pintão, André Garcia, Maria da Piedade Mestre, Helena Ribeiro, Patrícia Mourão, Maria Teresa Val de Matos, Maria Vitória de Melo, Carlos Poiars, Branca das Neves, Inês Drumond, Fátima Fonseca, Anabela Valente Pires, Fernando Gameiro, Pedro Lopes, América Coelho, Carlos Machado, António Amaral da Silva, Carlos Faria, Maria de Fátima Dias, Margarida Mota, José Carlos Alegre, Alexandra Bandeira, Margarida Velho, Carlos Castro, Maria Teresa Pires, José Oliveira Costa, Januário Costa, Diogo Leão, Alfredo Alves, Filipe Costa, Guilherme de Oliveira Martins, Carolina Tito de Moraes, António Rebelo, Joaquim Capucho, Emílio Rincon Peres, Odete Farrajota, Manuel Poças, Manuela Jeffree, Mário Paiva, João Valente Pires, Fátima Cavaco, Luís Novaes Tito, Pedro Costa, Teresa Estrela, Eurico Dias, António Rêgo, Deolinda Santos, Alberto Seguro Dias, António Lopes, Maria Antonina, David Amado, Alexandre Mateus, Anabela Pilar, Bruno Inglês, Pereira da Costa, Catarina Martins, Alberto Pereira, Rute Florêncio, Osvaldo Sousa, Fernando Gonçalves, Ena Bonfim, Lurdes Menor, Artur Oliveira, Luís Silva, Susana Martins e Vítor Formiga, todos Deputados Municipais suplentes do PS, pediram a suspensão do mandato por um dia. (14 de Julho de 2009). -----

----- Deolinda Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Cecília Sales -----

----- Carlos Silva Santos, Feliciano David e Romão Lavadinho, Deputados Municipais suplentes do PCP, pediram a suspensão do mandato por um dia. (14 de Julho de 2009). -----

----- Carlos Manuel Marques da Silva (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jorge Fernandes. -----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Pedro Gonçalves Pereira. -----

----- José Luís Ferreira (PEV), de 13 a 17 de Julho, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jorge Rodrigues. -----

----- João Gordo Martins e Emília Cristina Serra, Deputados Municipais suplentes do PEV, pediram a suspensão de mandato entre 13 e 17 de Julho de 2009. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Matos Alves. -----

----- Carlos Lima (PCP), Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, por João Capelo. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Preto (PSD), relativamente à reunião de 07 de Julho. -----

----- Afonso Costa (PSD), relativamente à reunião de 23 de Junho. -----

----- Vítor Agostinho (PCP), relativamente à reunião de 07 de Julho. -----

----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, e depois de cumprimentar o Executivo, os Srs. Deputados Municipais, os Srs. funcionários e o público presente, abriu o período destinado à intervenção do público. -----

#### ----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. Paulo José Alexandre Teixeira**, morador na Rua Frei Manuel do Cenáculo, torre 1, 10º B, 1170-150 Lisboa, falando em nome dos moradores das torres do Alto da Eira, disse que gostaria de pedir uma análise séria e urgente às degradantes e desumanas condições de habitabilidade das ditas torres, que há mais de 30 anos foram esquecidas pela Câmara Municipal, apresentando hoje nítidas e avançadas provas de abandono e decomposição. -----

----- Referiu que eram muitos os problemas que as duas torres tinham, tantos que passaria com certeza a tarde toda a enumerá-los, pelo que, porque o tempo era curto, referiria apenas os mais graves que elas tinham. -----

----- Desde logo, o reboco que há muito estava apodrecido e recentemente derrocado colocando em risco a segurança dos moradores e dos peões que passavam na rua; o avançado e generalizado estado de decomposição do cimento e respectivas estruturas metálicas; as paredes interiores e exteriores das habitações que estavam destruídas

pelas constantes infiltrações de água proveniente das inúmeras fissuras no exterior das torres; a pintura exterior de protecção dos edifícios, transformada neste momento em *habitat* de fungos, que eram o principal veículo de apodrecimento do betão pela infiltração de água; os isolamentos de tela de alcatrão deficientes e rompidos que há muito não cumpriam a sua função; clarabóias de vidro que, sem isolamento, permitiam que as quedas de água se infiltrassem livremente pelo interior das torres; janelas de vidro partidas e inexistentes que potenciavam a entrada do vento e da chuva contribuindo, assim, para a destruição das clarabóias através de fortes correntes de ar; barrigas e papos de água que proliferavam por todos os cantos das torres afectando directamente os fogos dos moradores e os pisos dos mesmos, enquanto que, simultaneamente, e isso era grave, aumentavam as probabilidades dos curto-circuitos junto das tomadas e dos cabos de electricidade; brechas nas paredes das torres com dois dedos de abertura; uma crescente epidemia de ratos e baratas nos antigos arquivos da Câmara, que constituíam um atentado à saúde pública dos moradores, fruto do uso indevido dos escritórios por entidades desconhecidas aos moradores; escadas de acesso aos pisos que não cumpriam as actuais normas de segurança, nem de viabilidade sequer, dificultando a deslocação de idosos e deficientes motores; mosaicos inexistentes e desnivelados em todos os pisos potenciando o risco de queda dos moradores. -----

----- Salientou ainda o deficiente acompanhamento e esclarecimento dos moradores e dos seus problemas, pela entidade municipalizada responsável, neste caso a GEBALIS. -----

----- Convidou a Sra. Presidente da Assembleia e o Sr. Presidente da Câmara a navegarem na Internet para conhecerem mais de perto estes e outros problemas das torres do Alto da Eira. -----

----- Por fim, disse que gostaria que estas questões fossem abordadas com seriedade e que houvesse uma resposta clara para aquilo que efectivamente se ia fazer para recuperar as duas torres, questões concretas e nada de soluções vagas sem qualquer aplicação na prática, e prazos para a resolução dessas deficiências todas que tanto afectavam os moradores. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que, como era sabido, essa matéria não era da competência da Assembleia Municipal. Tinha muito gosto de ir às torres do Alto da Eira, mas não precisava de ir à Internet para as conhecer. Elas tinham problemas bem mais complicados que aqueles que acabara de enumerar, e daí que tivesse sido pedido um parecer ao LNEC, um parecer muito aprofundado para se resolver estruturalmente a questão e não para fazer obras de fachada. -----

----- Referiu que, através de uma informação que o Executivo fornecera à Mesa, tinha uma quantificação de intervenções recentes, mas essas intervenções recentes não resolviam de todo o problema, era necessária uma intervenção estrutural e para isso era preciso que o LNEC acabasse e enviasse o seu parecer. Era isso que se aguardava, acreditava o Executivo que aconteceria até ao final do mês de Julho. -----

----- **A Sra. D. Maria Teresa da Silva Delgado Santos Ferreira**, moradora na Rua Aquiles Monteverde, n.º 26 – 4º esqº, 1000-018 Lisboa, disse que mora na Freguesia

de São Jorge de Arroios há mais de 30 anos, e como utente regular do mercado de Arroios de Arroios vinha alertar para o seguinte: -----

----- 1 – Que as instalações do mercado se encontravam muito degradadas, porque a falta de manutenção saltava à vista de todos. -----

----- 2 – Que a falta de limpeza era outra realidade impressionante. -----

----- 3 – Que a falta de estacionamento no local obrigava os utentes a terem que estacionar de forma ilegal, porque não tinham alternativa. -----

----- 4 – Que aí entrava em acção a Polícia Municipal que, a esse respeito, tem revelado uma intolerância lamentável. -----

----- 5 – Que ainda na semana passada estiveram dois dias consecutivos a multar. -----

----- 6 – Que essa intolerância da Polícia Municipal tem afastado os clientes do mercado, sendo que muitos desses clientes eram os restaurantes que ali iam buscar as suas encomendas, estacionando por poucos minutos. -----

----- 7 – Que o estado em que o mercado se encontrava e a rígida atitude da polícia estavam a prejudicar algumas dezenas de comerciantes, que neste momento já atravessavam uma grave situação financeira. -----

----- 8 – Pelo exposto, sugeria que a Assembleia Municipal fizesse sentir à Câmara e à Polícia Municipal que o Mercado de Arroios precisava e merecia ser tratado com mais atenção, para bem de todos, comerciantes e utentes. -----

----- **A Senhora Presidente** solicitou à munição que deixasse a exposição acabada de ler, para que a Mesa a pudesse encaminhar para o Executivo e pudesse também habilitá-la com uma resposta. -----

----- **A Sra. D. Cidália Maria de Sousa Gomes**, moradora na Rua Afonso Enes Penedo, n.º 44, 1º Frente, 1950-014 Lisboa, disse que no passado dia 26 de Fevereiro fizera um pedido de casa à Câmara Municipal de Lisboa, e há pouco tempo, num telefonema que fizera, foi-lhe dito que não lhe podiam dar casa devido ao seu rendimento, e que havia casos piores que o seu. -----

----- Acreditava que sim, que haveria casos piores que o seu, mas não acreditava que o seu ordenado fosse motivo para a não atribuição de uma casa, já que ganhando pouco mais de 600 euros pagava 400 euros de renda e tinha uma filha na escola, pelo que lhe sobravam pouco mais de 200 euros para pagar água, luz, gás e a educação da filha, já que do pai dela não recebia qualquer pensão porque o caso estava no tribunal à espera de resolução. No mês de Setembro do ano passado até tivera que entregar o carro porque já não conseguia mais pagar a prestação. -----

----- Foi por tudo isso que resolvera pedir ajuda à Câmara Municipal de Lisboa com a finalidade de arranjar uma renda mais baixa, porque assim conseguiria ter mais espaço de manobra para se reorganizar-se e poder viver normalmente, pois tem vivido na iminência de perder tudo o que tem, porque nas condições actuais não conseguiria resolver os seus problemas nem conseguiria continuar a sustentar a sua filha sem que nada lhes faltasse, porque as despesas eram cada vez maiores e tudo estava cada vez mais caro. -----

----- **A Senhora Presidente** disse à munícipe que uma assessora da Sra. Vereadora Ana Sara Brito iria já ter com ela, e pediu-lhe que deixasse o processo para que o pudessem seguir. -----

----- **A Sra. D. Ana Rita de Pádua Gaspar Moreira**, moradora na Rua das Janelas Verdes, n.º 12 – 4º esqº, 1200-691 Lisboa, disse que ia falar em nome da Comissão de Moradores das Janelas Verdes, mas também e sobretudo a título pessoal, para expor um gravíssimo problema de saúde pública cujo primeiro responsável, antes de mais, era a própria Câmara e os seus serviços. -----

----- Começou então por referir que com certeza todos conheciam já a Rua das Janelas Verdes pelas piores razões. Em Agosto do ano passado, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, depois de um esforço sobre-humano por parte dos moradores, decidira, num salutar despacho, deixar de transigir com uma situação de evidente agressão aos direitos mais básicos dos moradores, e mandara encerrar três bares sobre os quais recaíam inúmeras queixas e cuja ilegalidade era conhecida de todos. -----

----- Porém, depois do encerramento desses bares, os moradores descobriram, para seu natural desespero, que o problema estava longe de resolvido, porque o Bar Incómodo, contíguo aos três encerrados, que os técnicos da Divisão de Controlo Ambiental garantiram que estava licenciado e com condições de isolamento exemplares, continuava a impedir os moradores de dormirem antes das quatro horas da manhã, porque a música proveniente do bar fazia-se ouvir, pelo menos, até ao quarto andar dos prédios contíguos. -----

----- Referiu que fizeram queixa, ainda em Setembro, e depois formalizaram-na, por escrito, em Novembro, mas a Divisão de Controlo Ambiental continuava a dizer que o bar estava licenciado e a louvar as condições de isolamento acústico por si aprovadas. Apesar de terem pedido na queixa de Setembro uma fiscalização ao bar, ela nunca foi feita, e as medições nas casas dos residentes foram feitas de forma negligente, seria útil que se averiguasse se obedeciam com rigor aos procedimentos recomendados pela Inspeção Geral do Ambiente, e não raro num tom contrariado. -----

----- Como acontecera no caso dos três bares instalados no prédio, em que o ISQ aprovara valores acima do dobro do permitido, as indicações preliminares que tinham era que as medições seriam inconclusivas. -----

----- Mas descobriram, recentemente, que o pedido de licenciamento do bar, ao contrário do que lhes foi dito pela Divisão de Controlo Ambiental, dera entrada na DAPUC já depois das queixas dos moradores, e que a DAPUC deferira o pedido justamente enquanto decorriam nas casas dos residentes as tais medições. -----

----- E como isso já não fosse suficientemente grave, descobriram também que esse deferimento tivera por base um parecer favorável da Divisão de Controlo Ambiental, onde, muito estranhamente, essa Divisão recomendava o licenciamento ao mesmo tempo que reconhecia que algumas das condições que ela própria impusera no processo de isolamento acústico não foram cumpridas. E onde, ainda mais estranhamente, a Divisão de Controlo Ambiental reconhecia que o estabelecimento produzia, citou: “um valor de ruído muito superior ao aconselhado, quer pelo projectista, quer por esta Divisão”. -----

----- Continuando, disse que havia alguma coisa tremendamente errada neste processo, não só porque se licenciara um bar, coisa rara em Lisboa, sobre o qual recaíam inúmeras queixas, mas também porque agora o bar se escudava num processo de isolamento acústico que era aprovado pela Divisão de Controlo Ambiental, ao mesmo tempo que esta reconhecia o seu não cumprimento. -----

----- Assim, eram forçados a concluir que esse projecto era uma mera formalidade que servia para proteger o estabelecimento mas não os moradores. Aliás, se mais provas fossem necessárias da inutilidade deste processo, bastava ver que a PSP foi chamada ao local mais de dez vezes, e constataria, como se via nos autos que integrariam no *dossier*, que de facto o ruído produzido pelo bar, em período nocturno, era excessivo e tremendamente incomodativo. -----

---- Disse, ainda, que não era a actuação da Divisão de Controlo Ambiental que os trazia ali, mas sim um problema de saúde pública que se prendia, em primeiro lugar, com a defesa do direito constitucional dos moradores ao repouso e ao sono, direito que lhes era repetidamente negado pela actividade de um estabelecimento que foi irresponsavelmente licenciado, ao arrepio das queixas e dos direitos mais básicos dos moradores. -----

----- Para dar uma ideia da gravidade da situação, referiu que bastava observar que os moradores eram obrigados a passar pelo menos três noites por semana fora de casa para fugirem às intermináveis noites e barulho e para poderem fazer algo tão básico como dormir em paz e descansar. Ou seja, durante cerca de um terço do ano, 150 dias, eram expulsos das suas casas e impedidos de usufruir uma casa pela qual pagavam, com custos incalculáveis na vida pessoal e profissional de cada um. -----

----- Referiu que segundo estatísticas da OMS morriam na Europa, por ano, mais de 50.000 pessoas devido ao excesso de ruído e a problemas que lhe eram inerentes, como a hipertensão e enfartes do miocárdio. E neste caso específico, tratava-se de uma agressão quase diária a que estavam sujeitos e da qual a Câmara Municipal de Lisboa era a principal responsável. -----

----- Por isso, pediam aos Deputado Municipais que reunissem os seus melhores esforços para forcarem os serviços da Câmara Municipal de Lisboa no sentido do cumprimento das suas obrigações constitucionais. Não estavam a pedir nada do outro mundo, apenas pediam uma garantia no sentido de que aquela actividade económica não colidisse com o direito dos moradores à saúde e ao bem-estar. -----

----- Portanto, era urgente e necessário que se procedesse ao encerramento provisório do bar em questão, até que uma entidade credível pudesse assegurar medidas de isolamento acústico exemplares que garantissem a defesa do direito constitucional dos moradores a um ambiente sadio, ao direito de estarem em suas casas e descansar a qualquer hora do dia e da noite e em qualquer dia da semana. Queriam ter uma vida normal, poderem convidar os amigos e a família para jantar, passar um fim-de-semana em casa, enfim terem os direitos básicos que nas actuais circunstâncias lhes eram negados pela negligência e irresponsabilidade dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Concluiu dizendo que este assunto era de extrema gravidade, mas tinha esperança que os Senhores Deputados Municipais actuariam em conformidade. -----

----- **A Senhora Presidente** pediu à munícipe que deixasse a documentação relativa à intervenção feita. -----

----- **A Sra. D. Ângela Maria dos Santos Coelho**, moradora no Bairro Marquês de Abrantes, Rua José Alberto Pessoa, bloco D5 – 5º dtº, 1950 Lisboa, disse que vinha falar sobre habitação social para referir a falta de respeito que tem havido para com os jovens, porque andavam a jogar ao pingue-pongue com as pessoas. Ela própria pedira um desdobramento em 2008 e desde essa altura andavam a jogar pingue-pongue consigo. Mandavam-na para a GEBALIS, daí para a Câmara Municipal e novamente para a GEBALIS. -----

----- Disse que tem ido à GEBALIS e nunca tinham o seu processo, inclusive uma assistente social disse-lhe que podia ir para debaixo da ponte viver. Mas tem 30 anos, um filho com 5 anos, não tinha emprego fixo, enfim, o seu problema era o de muitas mães solteiras em Portugal. -----

----- Referiu que foi também à sua Junta de Freguesia, na altura dos arrombamentos da casa, e aí disseram que ela podia assaltar mas que ninguém se responsabilizava. ----

----- Portanto, desejava saber o que podia fazer para ter direito a uma habitação, já que via dar casas a pessoas que não trabalhavam porque recebiam rendimentos mínimos e que pagavam três euros de renda. Achava isso um absurdo, uma falta de respeito, mas tem um filho de 5 anos e gostava de saber que futuro lhe podia dar, porque não podia estar a pagar uma renda de 450 euros, fora de Lisboa, quando a sua vida era em Lisboa, não tinha trabalho fixo e o desemprego vinha aumentando. -----

----- Disse que trabalhava desde os 14 anos, na altura não descontava e agora continuava a não descontar porque estava a recibos verdes. Mas, concretamente, queria saber como era que podia andar com o seu caso para a frente. -----

----- **A Senhora Presidente** começou por informar a munícipe que a Assembleia não tinha nesta matéria poderes executivos, isso competia ao Executivo municipal. -----

----- Portanto, não iam ali prometer aquilo que legalmente não podiam fazer. A Assembleia tinha uma competência de fiscalização, de pedidos de informação e de aprovação ou reprovação de um conjunto de iniciativas camarárias. Agora, os desdobramentos já não existiam no actual regime legal, pelo que aquilo que pedia era que entregasse o número do seu processo para que pudesse permitir à Assembleia pedir informação à Câmara Municipal sobre a situação exposta e segui-la. -----

----- **A Sra. D. Sónia Alexandra Monteiro Rodrigues Lisboa**, moradora na Rua Paulo Dias de Novais, lote 26, 3º dtº, 1950-224 Lisboa, falando em nome dos residentes da Rua Paulo Dias de Novais, no Bairro das Amendoeiras, em Chelas, disse que vinha manifestar o desagrado dos moradores relativamente ao esquecimento, por parte das entidades competentes, dos problemas existentes nessa rua, nomeadamente no que dizia respeito à sua manutenção e limpeza. -----

----- Por exemplo, pediam a substituição das árvores da rua, que eram de grande porte e não têm tido qualquer tipo de manutenção. Mais de 90% dos habitantes da rua estavam com infecções respiratórias e alergias devido ao algodão que essas árvores



largavam, o que colocava em perigo a saúde das pessoas. Não podiam ter janelas abertas, portanto não podiam arejar as casas devido ao algodão. -----

----- Por outro lado, pediam também que, pelo menos uma vez mês, se fizesse a limpeza da rua e dos caixotes, a horas normais e não durante a noite quando todos os moradores estavam a dormir, pois pagavam para isso na factura da água. -----

----- Perguntou o que precisavam fazer para que uma entidade competente se lembrasse que existia a Rua Paulo Dias de Novais, e que esta tinha árvores que já deveriam ter sido substituídas há muitos e muitos anos. -----

----- Disse, ainda, que existia também um terreno largo e baldio junto da rua, que não tinha qualquer tipo de serventia, neste momento apenas dava para passagem de carros, inclusive da PSP, mas que estava cheio de bichos e largava muito pó, também por isso não conseguiam ter as janelas abertas. -----

----- Perguntou qual a razão por que a rua não tinha um espaço verde, nem para adultos, nem para as crianças, sendo que estas não tinham qualquer tipo de espaço para poderem brincar. -----

----- A terminar, convidou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, a Sra. Presidente da Assembleia e o Sr. Presidente da Câmara Municipal a visitarem a rua para verificarem com os seus próprios olhos as situações que enumerara. -----

----- **A Senhora Presidente** disse à munícipe que a Assembleia iria pedir informação integral sobre o que acabara de expor. -----

----- E, seguidamente, terminado o período de intervenção do público, deu-o por encerrado declarando aberto o período de Antes da Ordem do Dia -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS NÚMEROS 73, 74, 75, 76, 77 e 78.** -----

----- **A Senhora Presidente** pôs em apreciação as referidas actas, e como ninguém se pronunciara sobre o conteúdo das mesmas, de imediato as submeteu à votação, em bloco, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----

----- Depois informou que tinham três Votos de Pesar para votar, o primeiro dos quais, apresentado pelo PCP, tinha o seguinte teor: -----

----- **VOTO DE PESAR NÚMERO UM** -----

----- “Faleceu, no dia de Santo António, Irisalva Moita que deu um importante contributo para os estudos sobre a cidade de Lisboa. Não pode por isso a Assembleia Municipal deixar sem registo tal acontecimento mesmo que tarde, porque a própria pediu que o seu falecimento só fosse noticiado vários dias depois da sua morte. -----

----- De facto, Irisalva Moita foi uma investigadora notável sobre o património de Lisboa destacando-se os seus trabalhos sobre Santo António, o Teatro Romano, os achados na Praça da Figueira, a Casa dos Bicos e o Hospital de Todos os Santos. -----

----- Foi directora dos museus municipais durante mais de 20 anos onde deixou um trabalho digno de registo quer na sua reorganização, quer na sua recuperação. -----

----- Organizou várias exposições que marcaram a vida cultural da cidade como “Lisboa e o Marquês de Pombal”, “Lisboa Quinhentista” e “O Culto de Santo António”. -----

----- Olisipógrafa muito activa, escreveu inúmeros trabalhos sobre Lisboa destacando-se a coordenação do Livro de Lisboa sobre a história da cidade. -----

----- Foi condecorada com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique e recebeu a Medalha de Honra da Cidade. -----

----- Viúva do Arquitecto José Huertas Lobo, com ele constituiu um casal que foi durante muitos anos uma referência para os jovens interessados pela Arquitectura, pela História e pelo exercício da cidadania actuante. -----

----- O Grupo Municipal do PCP, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, delibere recomendar à Câmara Municipal: -----

----- 1. Que seja atribuído a uma rua da Cidade o nome de Irisalva Moita – Historiadora -----

----- 2. Que, através do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, seja prestada condigna homenagem a Irisalva Moita como olisipografa e cidadã. -----

----- 3. Guardar um minuto de silêncio em sua memória. -----

----- Pelo Grupo Municipal do PCP – Francisco Silva Dias” -----

----- Finda a leitura, submeteu-o à votação, tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

#### **VOTO DE PESAR NÚMERO DOIS**

----- PELO FALECIMENTO DE CARLOS CANDAL -----

----- “Foi com enorme consternação e pesar que tomamos conhecimento do falecimento, aos 71 anos de idade, de Carlos Candal. -----

----- Carlos Candal foi um cidadão de dimensão nacional, advogado prestigiado, figura histórica da oposição ao Estado Novo e político destacada da vida pública portuguesa, antes e depois da Revolução de Abril. -----

----- Nascido a 1 de Junho de 1938, Candal iniciou a sua actividade cívica e política presidindo em 1961/62 à Associação Académica de Coimbra numa época de contestação universitária ao regime da ditadura. -----

----- Licenciado em Direito e com o Curso Complementar de Ciências Político-Económicas, Candal participou na organização do II Congresso Republicano, em Aveiro, em 1969, e foi membro da Comissão Executiva do III Congresso da Oposição Democrática, em 1973. -----

----- Ainda em 1973 Carlos Candal foi um dos 27 delegados que esteve na fundação do Partido Socialista, em Bad Munstereifel. -----

----- Depois de Abril de 1974 foi eleito Deputado à Assembleia Constituinte pelo Distrito de Aveiro pelo PS, tendo sido reeleito Deputado um ano depois, exercendo o mandato de Deputado nas I, II, IV, V e VI Legislaturas, sempre pelo círculo de Aveiro até 1995. -----

----- Em 1995, foi eleito Deputado ao Parlamento Europeu, tendo cumprido dois mandatos, entre 1995 e 1999 e entre 1999 e 2004. Foi membro da Comissão de Assuntos Jurídicos e Mercado Interno. -----

----- Foi ainda Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro no decurso de dois mandatos, entre 1997 e 2005. -----

----- A morte de Carlos Candal constitui a perda irreparável de um grande vulto da democracia e da nossa vida pública. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa presta sentida homenagem à memória de Carlos Candal e endereça, em nome de todos os Grupos Parlamentares, os mais sentidos votos de condolência à sua esposa e família. -----

----- Guardar um minuto de silêncio em sua memória. -----

----- Pelos Deputados Municipais do PS - Miguel Coelho” -----

----- Terminada a leitura, submeteu-o à votação tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e um voto contra do Primeiro Secretário da Mesa (PSD). -----

----- **VOTO DE PESAR NÚMERO TRÊS** -----

----- “Morreu Hermínio da Palma Inácio, militante do Partido Socialista e um dos maiores lutadores antifascistas. -----

----- Nasceu em 1922 e iniciou a sua luta antifascista com a adesão ao Golpe dos Militares, em 10 de Abril de 1947, um movimento desencadeado pelo general Godinho e pelo almirante Cabeçadas. -----

----- Coube-lhe na altura a tarefa de sabotar os aviões da base aérea da Granja, Sintra, onde havia prestado serviço militar na companhia do oficial Humberto Delgado. -----

----- Esta acção acabou por lhe valer sete meses de clandestinidade, seguindo-se a sua detenção pela PIDE, vindo a conhecer, pela primeira vez, as celas do Aljube. Enquanto esperava pelo julgamento foi preparando a sua fuga, vindo esta a ocorrer na manhã de 16 de Maio de 1948. Com a PIDE de novo no seu encalço seguiu para Marrocos, de onde, após vários episódios consegue alcançar os Estados Unidos. O “brevet” de piloto foi-lhe garantindo a sobrevivência, mas as autoridades acabam por o localizar e foi obrigado a abandonar o país. Seguiu-se o Rio de Janeiro, juntando-se assim a outros antifascistas que no exterior combatiam o regime de Salazar. -----

----- Palma Inácio juntamente com outros resistentes, preparou então uma operação que iria espantar Portugal, numa manhã de Novembro desviou um avião da TAP, sobrevoando Lisboa lançando 100 mil panfletos antifascistas. -----

----- Em Maio de 1967 protagonizou um assalto à dependência do Banco de Portugal da Figueira da Foz, reivindicando esta acção como uma operação manifestamente política. -----

----- Depois do 25 de Abril, entre outros cargos, foi membro da Assembleia Municipal de Lisboa, integrando o Grupo Municipal do PS. -----

----- A 13 de Maio de 2000, o Presidente da República Jorge Sampaio, atribuiu-lhe a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, delibera: -----

----- 1. Guardar um minuto de silêncio em sua memória -----

----- 2. Prestar homenagem a este distinto vulto da democracia portuguesa na luta antifascista, atribuindo o seu nome a uma artéria da cidade -----

----- O Líder da Bancada do PS - Miguel Coelho” -----

----- **A Senhora Presidente,** a pedido de um Sr. Deputado Municipal, submeteu à votação o Voto de Pesar ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1 por unanimidade; -----

----- Aprovar o ponto 2 por maioria, com votos a favor de PS, PCP, BE e PEV e abstenções de PSD e CDS-PP. -----

----- Seguidamente, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória das três referidas personalidades. -----

----- **VOTO DE PROTESTO** -----

----- “No passado dia 5 de Julho, em pleno cumprimento da missão de garantir a segurança pública, dois agentes da PSP foram baleados na Amadora. -----

----- Infelizmente, este é mais um ataque a elementos das Forças de Segurança nacionais que deve ser veementemente condenado, sem excepção e sem hesitações, por todos aqueles que defendem a qualidade de vida nos espaços urbanos e a segurança daqueles que os habitam, vistam ou neles trabalham. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 14 de Julho de 2009, delibere: -----

----- 1. Repudiar veementemente todos os ataques de violência e os ataques a elementos das Forças de Segurança, e em especial aos dois agentes da PSP baleados na Amadora no dia 5 de Julho, manifestando a sua solidariedade a todos aqueles que têm por missão garantir a segurança pública. -----

----- 2. Manifestar a necessidade dos mais diversos agentes políticos adoptarem medidas e posturas que contribuam para o prestígio das Forças de Segurança e melhorando as suas condições de trabalho, garantindo os seus direitos e fortalecendo assim a autoridade democrática do Estado.” -----

----- **MOCÃO NÚMERO UM** -----

----- “Lisboa tem tido ao longo da sua história recente alguns conflitos de interesse com o Governo da Republica, pois os desígnios de Lisboa nem sempre são coincidentes com as políticas que em cada momento os governos perseguem. -----

----- Para os Lisboetas é honroso habitarem a Capital do País e ter na sua terra um património histórico e político tão valioso, para além da sua afirmação a nível nacional e internacional. Sem esquecer tudo o que Lisboa representa em termos institucionais e políticos, querem acima de tudo que a sua cidade seja um exemplo de cidadania e qualidade de vida para todos que a habitam, nela trabalham ou a visitam. Estas condições só podem ser satisfeitas se os seus órgãos de poder autárquico o afirmarem em todas as circunstâncias. -----

----- O actual Executivo liderado pelo Dr. António Costa tem sido permissivo às exigências do Governo da Republica, mesmo àquelas que além de irem contra o interesse da Cidade são igualmente negativas para o interesse Nacional. -----

----- O Dr. António Costa mesmo antes de ser eleito Presidente da Câmara Municipal de Lisboa era já um declarado opositor do interesse de Lisboa e das autarquias. Em algumas situações veio posteriormente queixar-se como foi a Lei das Finanças Locais, curiosamente de sua autoria e outras, já presidente, que continuou a defender como o Aeroporto de Lisboa na Ota e a 3ª travessia rodoviária do Tejo. -----

----- Mas muito mais o Dr. António Costa defendeu e pugnou contra os interesses da Cidade que jurou defender: -----

----- Aplaudiu a constituição de uma sociedade de capitais públicos sobre a qual a Câmara não tem qualquer poder nem onde não tem qualquer representante, para intervir numa das áreas mais importantes e significativas de Lisboa, toda a zona ribeirinha desde Belém a Santa Apolónia, a Sociedade Frente Tejo e tão grato ficou que convidou o indigitado presidente dessa sociedade para seu mandatário às últimas eleições autárquicas; -----

----- Tem permitido que esta Sociedade não só intervenha em áreas próximas do Tejo, como vem admitindo a sua interferência muito longe do rio, como o caso de opinar sobre o destino a dar ao desactivado Tribunal da Boa-Hora, sem esquecer o Terreiro do Paço onde a Sociedade pretende intervir, segundo opiniões avalisadas de forma desastrosa, sem que seja, como seria natural e democraticamente correcto, através de um concurso público de ideias e uma ampla discussão pública; -----

----- Nada fez, em relação à inépcia governamental, para a implementação da Autoridade Metropolitana de Transportes, a única forma de se estabelecer uma política de mobilidade na Região de Lisboa; -----

----- Considerou relevante para Lisboa a colocação de uma autêntica muralha de contentores entre a cidade e o Tejo num caso de cedência do Governo aos interesses privados de um potentado económico, a Mota-Engil; -----

----- Anunciou a transferência das áreas ribeirinhas não afectas à actividade portuária para a gestão do Município, para ficar tudo na mesma, por evidente falta de autoridade negocial. -----

----- Não se acautelou na alteração aos estatutos da Sociedade Metropolitano de Lisboa e esta sociedade de transportes que actua basicamente no Concelho de Lisboa, deixou de ter um representante da Câmara na sua Administração. Resta-lhe chorar sobre o leite derramado que mais se assemelham a lágrimas de crocodilo. -----

----- A contínua cedência aos interesses terceiros em prejuízo dos legítimos interesses de Lisboa fez com que o Governo lhe perdesse o respeito e visse a sua autoridade, como factor político na defesa de Lisboa, inquestionavelmente diminuída. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Extraordinária a 14 de Julho de 2009, delibera: -----

----- 1. Lamentar o papel negativo que o Dr. António Costa tem desempenhado de subserviência no acompanhamento de várias iniciativas governamentais que dizem directamente respeito a Lisboa e aos Lisboetas, com os resultados conhecidos. -----

----- 2. Exigir do actual Governo e dos próximos que a C.M.L. tenha um papel determinante em todas as empresas públicas ou de capitais maioritariamente públicos que exerçam a sua actividade exclusivamente ou em parte significativa no Concelho de Lisboa, através de representantes seus nos respectivos órgãos executivos. -----

----- Pelo Partido Social-Democrata - O Deputado Municipal Victor Gonçalves” -----

----- **MOÇÃO NÚMERO DOIS** -----

----- “Com base numa decisão extemporânea e sem cuidar do respectivo impacto na Cidade, em especial a mobilidade e nas actividades económicas, e sem apresentar

alternativas sérias e viáveis, o Dr. António Costa impôs um novo esquema de circulação no Terreiro do Paço e zona circundante, apenas com o intuito de cumprir o seu calendário eleitoral. -----

----- Por muito que o Dr. António Costa queira fazer prova do contrário, está hoje à vista que estas alterações no Terreiro do Paço, na Ribeira das Naus e na Rua do Arsenal estão muito longe de apresentar resultados positivos que as justifiquem, mas sobretudo que justifiquem as consequências altamente negativas para a mobilidade em toda a Baixa, e mesmo em muitos outros pontos da Cidade, mas também para a qualidade de vida dos moradores e para os comerciantes da zona e suas actividades económicas. -----

----- Importa recordar que esta foi mais uma das decisões tomadas pelo Dr. António Costa de forma muito controversa, evitando debatê-la e submetê-la à aprovação na Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 14 de Julho de 2009, delibere: -----

----- 1. Manifestar a sua discordância com a decisão tomada pelo Dr. António Costa para a circulação no Terreiro do Paço, na Ribeira das Naus e na Rua do Arsenal, tomada sem estudos prévios sustentados e sem garantir a existência de alternativas viáveis de escoamento do tráfego, e da qual decorrem prejuízos para a Cidade de Lisboa. -----

----- 2. Instar a Câmara Municipal de Lisboa a definir medidas que diminuam as consequências negativas desta decisão para os comerciantes da zona. -----

----- 3. Defender a realização, pela Câmara Municipal de Lisboa, de um estudo sério sobre a mobilidade na zona, suas consequências para a mobilidade geral na Cidade e definição de alternativas de circulação com capacidade de resposta efectiva ao tráfego que ali circula, como condição prévia a qualquer decisão dos órgãos autárquicos em Lisboa nessa matéria. -----

----- 4. Manifestar a necessidade de a circulação naquela zona ser reposta nas condições em que se encontrava antes desta intervenção, até que uma decisão seja tomada de acordo com os pressupostos referidos em 3. -----

----- O Grupo Municipal do PSD” -----

### **MOCÃO NÚMERO TRÊS**

#### SITUAÇÃO NA EMEL

----- “Considerando que: -----

----- Em 17 de Fevereiro de 2009 foi aprovada, apenas com a abstenção do Partido Socialista, a Recomendação com o nº 3, onde se solicitava à Câmara Municipal informações sobre várias situações que, por falta de condições de higiene e segurança, punham em risco trabalhadores e utentes da EMEL; -----

----- Estas condições de trabalho, higiene e segurança se agravaram e as instalações da EMEL estão cada vez mais inadequadas tendo em conta o número de trabalhadores que comportam; -----

----- As agressões aos trabalhadores no desempenho das suas funções continuam, sem que a EMEL tome nenhuma atitude para alterar a situação; -----

----- A Administração da EMEL não mostra vontade de concluir o processo de negociação do Acordo de Empresa; -----

----- A Administração da EMEL não cumpre as regras de Higiene, Segurança e Saúde no trabalho; -----

----- A intervenção de uma representante dos trabalhadores nesta Assembleia, na tentativa de sensibilizar a Câmara Municipal para a resolução dos problemas, não teve qualquer efeito prático; -----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 14 de Julho de 2009, delibere: -----

----- 1. Afirmar a sua solidariedade com os trabalhadores da EMEL bem como apoiar a luta que estão a desenvolver por melhores e mais dignas condições de trabalho; -----

----- 2. Propôr que a Câmara Municipal intervenha junto da Administração da EMEL com vista à rápida resolução dos graves problemas com que se debatem os trabalhadores. -----

----- A Deputada Municipal - Ana Páscoa” -----

----- **MOCÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- **PROBLEMAS DE RUÍDO E QUEIXAS DE MORADORES DA RUA DAS JANELAS VERDES** -----

----- “Considerando que a situação existente na Rua das Janelas Verdes, freguesia de Santos-o-Velho, é preocupante no que diz respeito ao bem-estar, à saúde e ao direito ao descanso dos moradores, em consequência do funcionamento de bares, dos ruídos produzidos e do comportamento dos seus frequentadores; -----

----- Considerando que houve já várias reclamações de moradores, que conduziram ao encerramento de alguns desses estabelecimentos por decisão da Câmara Municipal; ---

----- Considerando que subsiste um problema que se vem agudizando, de funcionamento de um bar, o “Incómodo” (nome aliás premonitório...), já objecto de protestos e reclamações de moradores, que vêm expondo à Câmara Municipal os problemas criados, as dificuldades de descanso nocturno e os excessos de ruído, que levaram a algumas medições no local, pela Divisão de Controlo Ambiental da CML, que nunca foram conclusivas nem nesta, nem em anteriores situações; -----

----- Considerando que os Autos de Notícia da PSP, 30ª Esquadra, na Lapa, de 10 de Abril (às 2.50h) e 15 de Abril (às 2.29h), confirmam as razões de queixa dos moradores, relativamente ao Bar “incómodo”. -----

----- Considerando que, apesar das várias queixas junto da CML, não foi produzida qualquer prova de infracção, não tendo sequer sido facultado o relatório das medições dos Serviços da CML aos queixosos; -----

----- Considerando que o licenciamento deste estabelecimento foi deferido pelo Director da DAPUC da CML em 10 de Março de 2009, quatro meses após a reclamação dos munícipes; -----

----- O Grupo Municipal do Partido Comunista Português propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião extraordinária de 14 de Julho de 2009, decida: ----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal uma informação o mais possível completa sobre o licenciamento e legalidade do funcionamento do bar “Incómodo”, queixas dos moradores e respectiva fundamentação da actuação dos serviços camarários até hoje;--  
----- 2. Solicitar uma informação clara e objectiva sobre as medidas que a Câmara Municipal deverá tomar para solucionar devidamente uma situação que se configura muito difícil e de incómodos graves para a saúde dos moradores, situação que terá de ser analisada à luz dos direitos constitucionais e fundamentais ao descanso, a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e ao pleno usufruto das casas que habitam a qualquer hora do dia ou da noite, sem prejuízo para as suas vidas profissionais e sociais. -----

----- O Deputado Municipal - António Modesto Navarro” -----

#### ----- **MOÇÃO NÚMERO CINCO** -----

##### ----- BAIRROS FISCAIS DE LISBOA -----

----- “Considerando que o Ministério das Finanças decidiu, através da Portaria N.º 599/2009 de 15 de Junho, extinguir o Serviço de Finanças do 6.º Bairro Fiscal, situado na Rua dos Lusíadas, Alcântara; -----

----- Considerando que tal decisão obriga a população, antes servida por aqueles Serviços, a deslocar-se ao Restelo, Rua Gregório Lopes; -----

----- Considerando que os Serviços de Finanças do Restelo, que já prestam atendimento a três Freguesias, terão igualmente que atender as populações de mais três Freguesias: Alcântara, Prazeres e Santos-o-Velho; -----

----- Considerando que a nova situação prejudica em muito os cidadãos que necessitem de tratar dos seus assuntos fiscais, quer na própria mobilidade quer no tempo de espera do atendimento, no Bairro Fiscal do Restelo; -----

----- Considerando que a decisão do Ministério das Finanças prejudica a população no seu direito a um serviço público de qualidade, especialmente a população mais idosa, e também o comércio local das três Freguesias referidas; -----

----- O Grupo Municipal do Partido Comunista Português propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, delibere: -----

----- Propor à Câmara Municipal de Lisboa que, em defesa dos interesses da Cidade e da sua população, intervenha junto do Governo para a urgente alteração da Portaria N.º 599/2009 de 15 de Junho.. -----

----- A Deputada Municipal - Cecília Sales” -----

#### ----- **MOÇÃO NÚMERO SEIS** -----

##### ----- PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE À ESTAÇÃO DO ORIENTE -----

----- “Considerando que, em Assembleia de Freguesia de 29 de Setembro de 2008, foi aprovada uma Proposta para realização de sessão especial para debate e esclarecimento do Plano de Urbanização acima referido; -----

----- Considerando que os Termos de Referência abrangem áreas da Freguesia de Santa Maria dos Olivais, tais como Bairro da Quinta das Laranjeiras, Olivais Velho, Rua da Centieira, Avenida de Pádua, Avenida de Berlim, Avenida Infante D. Henrique, como zonas a requalificar com o referido Plano de Urbanização; -----



----- Considerando-se a área envolvente à Estação do Oriente como um novo pólo urbano em que o desenvolvimento da área central do Parque das Nações, a localização da estação do TGV na Gare do Oriente e o reforço de ligação ao actual e futuro Aeroporto apontam para uma nova centralidade; -----

----- Considerando que, paralelamente às estratégias do Plano a desenvolver naquela área, a requalificação na Freguesia de Santa Maria dos Olivais, nas zonas indicadas, publicamente anunciada pela Câmara Municipal de Lisboa, não deverá ser prejudicada ou adiada indefinidamente; -----

----- Considerando que no Bairro da Quinta das Laranjeiras, apesar das expectativas criadas com este Plano, se mantêm algumas situações como: -----

----- Degradação da habitação. -----

----- Degradação do espaço público. -----

----- Degradação dos espaços verdes -----

----- Grupo Municipal do Partido Comunista Português propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, delibere: -----

----- Propor à Câmara Municipal de Lisboa coloque à discussão o Plano de Urbanização da Zona Envolvente à Estação do Oriente, junto da Freguesia de Santa Maria dos Olivais e envolvendo os moradores de tais decisões. -----

----- A Deputada Municipal - Cecília Sales” -----

----- **MOCÃO NÚMERO SETE** -----

----- Pela inclusão e justiça social -----

----- “Considerando: -----

----- 1. A realização nos dias 11 e 12 de Julho de 2009 do Fórum pela Cidadania e Justiça social por um conjunto diversificado de organizações de imigrantes e de defesa dos direitos humanos”; -----

----- 2. A situação de precariedade social em que vivem a larga maioria de populações das minorias étnicas; -----

----- 3. A discriminação institucional e social de que são vítimas as minorias étnicas que as empurra para a pobreza, a exclusão e a marginalidade; -----

----- 4. O endurecimento das políticas de imigração e a ausência de uma orientação coerente para uma política de combate à exclusão social e pela justiça e inclusão social e cultural; -----

----- 5. O aparecimento do fenómeno da violência urbana resultante das tensões sociais mal geridas e sem resposta política adequada que procure garantir o acesso a serviços públicos de qualidade às populações dos bairros sociais; -----

----- 6. A urgência de uma política de habitação que não “esconda” a pobreza em zonas sem valor fundiário e urbanístico e que privilegie a recuperação e a re-habitação dos bairros históricos das cidades pelos que são marginalizados pela especulação imobiliária e fundiária; -----

----- 7. A actual lei de imigração permite que milhares de imigrantes que vivem e trabalham em território nacional continuem indocumentados, sem quaisquer direitos, sujeitos aos abusos do trabalho precário e clandestino e mantidos em chantagem por empregadores sem escrúpulos; -----

----- 8. A adesão cega aos princípios do “*Pacto Sarkozy*” – que constituem a linha de orientação estratégica da política de imigração da União Europeia e a aprovação da Directiva de Retorno que representa um enorme retrocesso civilizacional que envergonha a Europa; -----

----- 9. Esta política põe em causa os direitos, as liberdades e as garantias, e favorece a consolidação política da Europa-fortaleza, que legitima os populismos xenófobos e racistas, como demonstra a subida da Extrema-direita racista nas últimas eleições europeias; -----

----- 10. Os imigrantes, apesar de contribuírem para o desenvolvimento do país, continuam excluídos do exercício da cidadania por serem impossibilitados de exercer um dos primeiros direitos para uma inclusão social autêntica, que é o direito de voto;--

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, decida: -----

----- 1. Saudar a realização do Fórum pela Cidadania e Justiça social, enaltecendo o esforço de suscitar um debate urgente para uma nova política de combate à pobreza, exclusão e injustiça social; -----

----- 2. Condenar as políticas de exclusão social e de marginalização das minorias étnicas e defender a revogação das leis discriminatórias e discricionárias, exigindo a regularização de todos os indocumentados que vivem e trabalham em território nacional; -----

----- 3. Defender a extensão do direito de votos aos imigrantes que residem em Portugal, como um dos principais mecanismos de inclusão e de cidadania; -----

----- 4. Defender a criação do Observatório da Violência Policial para registar, monitorizar, denunciar a violência policial; -----

----- 5. Defender o aumento do incentivo à qualificação profissional e escolar das minorias étnicas, a implementação de um Plano Nacional para a Validação de Competências e a Reconversão Profissional dirigido às minorias étnicas por forma a combater o insucesso escolar, a precariedade laboral e a pobreza -----

----- 6. Enviar a presente moção, para conhecimento, as forças políticas com assento parlamentar, bem como ao Governo, Assembleia da República, Presidência da República, as organizações de imigrantes e de defesas dos direitos humanos e órgãos de comunicação social. -----

----- Grupo Municipal do Bloco de Esquerda - João Bau” -----

### **MOÇÃO NÚMERO OITO**

----- Condenação do Golpe Militar nas Honduras -----

----- “Considerando que: -----

----- 1 - No Domingo, dia 28 de Junho, teve lugar nas Honduras um golpe militar para derrube do presidente Manuel Zelaya Rosales, que tinha sido eleito democraticamente; -----

----- 2 – O Presidente eleito Manuel Zelaya Rosales, foi detido nessa madrugada na sua residência pelos militares que o levaram preso e o desterraram para a Costa Rica, onde denunciou o golpe militar de que tinha sido vítima e o falso comunicado

distribuído pelo Congresso Nacional da República que afirmava que tinha renunciado ao cargo; -----

----- 3 – Baseando-se na sua suposta renúncia, foi imediatamente nomeado pelo Congresso um governo ilegal chefiado pelo seu presidente, Roberto Micheletti Bain, que não é reconhecido internacionalmente; -----

----- 4 – No seguimento deste golpe, foi imposto o recolher obrigatório e foram desencadeadas medidas repressivas, assassinatos, sequestros de funcionários, de jornalistas e de embaixadores de outros países; -----

----- 5 - A causa mais remota deste golpe militar foi a decisão legítima das Honduras de integrar a Aliança Bolivariana para as Américas, permitindo deste modo incluir este país na associação dos países progressistas existente no Continente Sul-americano; -----

----- 6 - O pretexto apresentado pelos golpistas foi a realização a 28 de Junho de uma consulta popular, sem força de lei e que tinha sido apoiada por mais de quatrocentas mil assinaturas, em que se perguntava “Está de acordo em que, nas eleições gerais de Novembro de 2009, seja instalada uma quarta urna para decidir sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte destinada a elaborar uma nova Constituição Política”; -----

----- 7 – Foi mais uma vez com meios alternativos, como a Internet e os telemóveis, que se conseguiu romper o bloqueio informativo imposto pelos golpistas, num claro atentado à liberdade de expressão; -----

----- 8 - A Organização dos Estados Americanos devido ao golpe militar e ao não reconhecimento do seu Governo imposto expulsou as Honduras do seu seio; -----

----- 9 - O presidente eleito foi impedido, uma semana depois do seu derrube, de regressar às Honduras pelos militares, tendo os cerca de 10.000 apoiantes que o esperavam sido dispersos com balas de borracha e gás lacrimogéneo, que provocaram um morto e dezenas de feridos entre os manifestantes; -----

----- 10 - As negociações de sexta-feira passada entre representantes de Zelaya e Michelleti, mediadas pelo Presidente da Costa Rica, fracassaram, dada a intransigência do novo presidente; -----

----- 11 - O golpe militar retoma a mais negra tradição da história da América Latina, em que os militares interrompem a seu belo prazer a normalidade democrática. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, delibere: -----

----- 1. Condenar o golpe militar nas Honduras que substituiu um Presidente legitimamente eleito pelo seu povo; -----

----- 2. Congratular-se com a posição intransigente da Comunidade internacional ao não reconhecer um Governo não eleito democraticamente; -----

----- 3. Apoiar todos os esforços tendentes a repor a legalidade democrática nas Honduras, restituindo o poder ao seu legítimo Presidente; -----

----- 4. Apelar ao Governo português para que desenvolva todos os esforços quer ao nível comunitário, quer nas Nações Unidas, para que a legalidade democrática seja reposta naquele país; -----

----- 5. Entregar esta moção na embaixada da República das Honduras, e a todos os órgãos de soberania nacionais e órgãos de comunicação social. -----

----- Pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda - Deputado Municipal João Bau” ---

----- **MOCÃO NÚMERO NOVE** -----

----- “Passaram alguns meses desde que a Câmara Municipal de Lisboa ordenou a colocação de lonas em alguns edifícios da cidade avisando a população de um alegado bloqueio da Assembleia Municipal de Lisboa ao trabalho em prol dos lisboetas. -----

----- Foram várias as moções de repúdio e de desalento, não só pela utilização abusiva do nome e imagem da Assembleia Municipal sem o consentimento desta mas sobretudo pelas inverdades lá plasmadas. -----

----- Passadas algumas semanas a Câmara Municipal tratou de fazer as correcções que entendeu necessárias: tapou o símbolo da Assembleia e manteve as palavras de ordem. -----

----- Esta situação inédita de confrontação institucional a outro órgão camarário mais do que constituir um insulto aos titulares do mesmo constitui um insulto à própria democracia. -----

----- E é ainda mais grave quando procura confundir instituições democráticas com partidos políticos e quando se utiliza o dinheiro dos contribuintes para efectuar uma guerra partidária com fins eleitorais. -----

----- Porém, a verdade é (infelizmente) outra. A CML pregoa o que não pratica: as recomendações aprovadas em Assembleia Municipal para acções e intervenções da CML em prol da qualidade de vida dos lisboetas nunca foram concretizadas pelo executivo camarário. -----

----- Acreditamos por isso ser da mais elementar justiça que se demonstre que a Assembleia Municipal não é uma força de bloqueio mas sim de fiscalização e com importantes contributos para a cidade e para os lisboetas. -----

----- É também da mais elementar justiça que se reponha o bom nome e a honra dos deputados municipais que nada mais fazem do que cumprir com as obrigações para as quais foram eleitos. Todos. -----

----- Assim a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 14 de Julho de 2009, delibera: -----

----- A enunciação pública de todas as recomendações aprovadas na Assembleia Municipal de Lisboa durante este mandato, demonstrando todo o trabalho que foi desenvolvido em prol da qualidade de vida dos lisboetas pela AML e que a Câmara não concretizou. -----

----- O Deputado Municipal do PSD - Luís Newton” -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO UM** -----

----- “Considerando que se encontra assumido, pelas competentes autoridades nacionais, o impacto muito significativo que a Gripe H1N1 terá na população e nos diversos sectores de actividades nacionais. -----

----- Considerando as competências e as especiais responsabilidades que a Câmara Municipal de Lisboa tem em áreas educativas, sociais, económicas ou de apoio a populações de risco, como sejam as crianças, os idosos e os sem-abrigo. -----

----- Considerando que importa que a Cidade de Lisboa, sem alarmismos, mas de forma preventiva e oportuna, disponha de mecanismos para gerir o impacto da Gripe H1N1 ao nível municipal. -----

----- O Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 14 de Julho de 2009, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que, envolvendo as Juntas de Freguesia, elabore um Plano de Contingência Municipal para a Gripe H1N1. -----

----- O Grupo Municipal do PSD” -----

#### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOIS**

----- “A Lei nº 8/2009, de 18 de Fevereiro, que cria o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, apresenta algumas soluções que se podem traduzir em obstáculos à normalidade da gestão municipal por parte dos órgãos autárquicos eleitos, nomeadamente em matéria de pareceres obrigatórios relativamente aos orçamentos municipais. -----

----- Estas soluções motivaram que a Junta Metropolitana de Lisboa, em 16 de Abril, apenas com a abstenção da representante da CML (12 votos a favor e uma abstenção), aprovasse um Moção suscitando estas dúvidas e recomendando aos Municípios o adiamento da instalação destes Conselhos Municipais ao abrigo da referida legislação, e solicitando à Assembleia da República a revisão da mesma. -----

----- Posteriormente, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses elaborou um parecer sobre aquele diploma legal, que o respectivo Conselho Directivo remeteu ao Provedor de Justiça com a solicitação de ser requerida a apreciação da sua constitucionalidade, bem como aos Grupos Parlamentares, para efeitos de revisão da Lei, e ao Tribunal Constitucional. -----

----- Como facilmente se detecta, pelo facto de na Junta Metropolitana de Lisboa e no Conselho Directivo da ANMP estarem representados diversos Partidos, entre os quais o PS, esta é uma questão que vem afectando e preocupando todas as forças políticas que gerem os diversos Municípios Portugueses, isto é também os autarcas socialistas. -

----- Por estas razões, a Assembleia Municipal de Lisboa entendeu que o Município de Lisboa não deveria precipitar-se na aprovação da Proposta 246/2009, através da qual a CML pretendia aprovar um novo Regulamento para o Conselho Municipal de Juventude, razão pela qual a rejeitou por grande maioria. -----

----- Considerando que, através da Deliberação nº 126/AM/95, que se encontra em vigor, Lisboa dispõe de um Conselho Municipal de Juventude que o Presidente da Câmara ou o Vereador com competência delegada podem convocar e reunir, para discutir assuntos relacionados com as políticas de juventude no Município de Lisboa, não prejudicando a participação das associações juvenis da cidade. -----

----- O Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 14 de Julho de 2009, recomende à Câmara Municipal de Lisboa que reúna o Conselho Municipal de Juventude ao abrigo da Deliberação nº 126/AM/95, que se encontra em vigor, por forma a fazer participar as associações juvenis da cidade nos assuntos relacionados com as políticas de juventude no Município de Lisboa. -----

----- O Grupo Municipal do PSD” -----

### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO TRÊS**

#### **MERCADO DE ARROIOS**

----- “Considerando que: -----  
----- As instalações do Mercado de Arroios se encontram degradadas, por falta de manutenção; -----  
----- As condições de higiene e limpeza são precárias e não satisfazem nem comerciantes, nem utentes; -----  
----- Os produtos hortícolas que chegam durante a noite ao Mercado, porque não existe um equipamento de frio, são armazenados em condições deficientes e que esta situação provoca alterações na qualidade dos produtos que, muitas vezes, não podem ser comercializados, havendo grandes prejuízos para os comerciantes; -----  
----- O escoamento de águas é deficiente e a sua acumulação tem provocado acidentes com utentes; -----  
----- A falta de estacionamento no local obriga muitos clientes, a preferirem outros estabelecimentos, com estacionamento privativo; -----  
----- Este problema afecta, em particular, proprietários de restaurantes que são obrigados ao estacionamento ilegal, com consequente agravamento da sua, já débil, situação financeira, uma vez que ficam sujeitos a multa; -----  
----- A ausência de autoridade policial provoca insegurança em comerciantes e utentes; -----  
----- O Grupo Municipal do Partido Comunista Português propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, recomende à Câmara Municipal. ---  
----- 1. Resolva, no imediato, os problemas de insegurança, limpeza, escoamento de águas e equipamentos de frio, de forma a manter o Mercado de Arroios em condições de utilização e satisfação dos utentes, assim como da actividade dos comerciantes; -----  
----- 2. Proceda à elaboração de um projecto de reabilitação e reestruturação do mercado de Arroios com vista à sua modernização; -----  
----- O Deputado Municipal - João Saraiva” -----

### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO QUATRO**

----- INSEGURANÇA E FALTA DE LIMPEZA EM SANTA CATARINA -----  
----- “No Alto de Santa Catarina, o lixo espalhado nas ruas e travessas, que também não são lavadas regularmente, a falta de ecopontos, a insegurança provocada pelo tráfico e consumo de droga na zona do miradouro de Santa Catarina (Adamastor), são uma constante e em nada dignificam uma das mais bonitas zonas da cidade, provocando em quem lá vive, uma sensação de abandono por parte da Câmara Municipal de Lisboa, -----  
----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, recomende à CML que: -----  
----- 1. Proceda com a maior urgência a uma intervenção de limpeza nesta zona e assegure a sua manutenção regular; -----  
----- 2. Intervenha junto das entidades competentes para que sejam tomadas medidas de reforço de segurança, em particular no miradouro. -----  
----- A Deputada Municipal - Ana Páscoa” -----

## **RECOMENDAÇÃO NÚMERO CINCO**

### **RUA JOÃO DE FREITAS BRANCO**

----- “Considerando que: -----  
----- A circulação rodoviária na Rua João de Freitas Branco é um risco para a segurança dos peões; -----  
----- As características desta via, facilitam a transgressão da velocidade imposta pela lei, por parte de muitos automobilistas; -----  
----- O número de passadeiras para peões é manifestamente insuficiente, mal sinalizadas e, consequentemente, desrespeitadas pelos automobilistas; -----  
----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, recomende à CML que: -----  
----- 1. Solicite às entidades competentes uma maior fiscalização à circulação de trânsito, particularmente no que respeita aos limites de velocidade; -----  
----- 2. No que lhe compete, reforce a sinalização e o número de passadeiras nesta via, com vista a garantir a segurança de peões e automobilistas -----  
----- A Deputada Municipal - Cecília Sales” -----

## **RECOMENDAÇÃO NÚMERO SEIS**

----- “Teve lugar há dias o centenário do nascimento do Eng.º Vasco de Carvalho, falecido aos 97 anos de idade em 22 de Agosto de 2006. -----  
----- Militante comunista desde muito novo, destacou-se pela sua acção e coragem na resistência contra o fascismo, tendo passado 10 anos da sua juventude na clandestinidade e na prisão. Enquanto membro do PCP, assumiu as mais altas responsabilidades na condução da actividade partidária. -----  
----- No período difícil do início da década de 40, marcado pela feroz perseguição que o regime de Salazar movia aos comunistas e a todos os antifascistas, foi vítima de uma bem sucedida intriga da PIDE, calúnia que o perseguiu, discriminou e amargurou durante décadas. Firme nas suas convicções, nunca abandonou a luta contra a ditadura, que prosseguiu activamente, empenhando-se no movimento cooperativista. --  
----- Foi fundador e durante muitos anos presidente do Ateneu Cooperativo e dirigente da Federação Nacional de Cooperativas de Consumo. Foi co-autor do livro, dirigido por António Sérgio, “O Cooperativismo: Objectivos e Modalidades” que, à data da sua publicação, constituiu um importante impulso para aquele movimento social. -----  
----- Vasco de Carvalho dedicou-se aos problemas da habitação social e aos movimentos dos moradores, tendo presidido à Associação dos Inquilinos Lisbonenses quer antes quer depois do 25 de Abril. -----  
----- Vasco de Carvalho, possuidor de uma fina inteligência e apurado espírito científico, destacou-se igualmente a nível profissional, como engenheiro electrotécnico. Participou na criação do Instituto de Soldadura e Qualidade, foi dirigente da Associação Portuguesa de Manutenção Industrial e docente na Universidade Nova de Lisboa. -----  
----- A vida de Vasco de Carvalho é um exemplo de intervenção cívica e de luta pela democracia, por uma sociedade mais justa e pela liberdade igualitária, como gostava de dizer. Fiel às suas convicções ideológicas e ao seu posicionamento político, Vasco

de Carvalho foi sempre um construtor persistente do diálogo, da aproximação e da acção comum dos democratas. -----

----- A sua vida enriqueceu a nossa democracia. A sua morte deixou-a mais pobre. ----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião extraordinária de 14 de Julho de 2009, decida recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que seja atribuído o nome do Eng. Vasco de Carvalho a uma rua da nossa cidade.” -----

#### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO SETE** -----

----- Requalificação do Jardim Constantino -----

----- “O Jardim Constantino, situado na freguesia de São Jorge de Arroios, deve o seu nome a uma homenagem a Constantino José Marques de Sampaio e Melo, um dos mais notáveis e ilustres floricultores de Portugal do Século XIX, conhecido por Rei dos Floristas. -----

----- O património vegetal deste Jardim é muito rico em espécies classificadas, incluindo, entre quinze espécies diferentes, uma árvore única na cidade de Lisboa, a *Melaleuca styphelioides*, vulgo árvore papel, classificada no ano de 1996, possuindo, num dos canteiros, como património edificado e artístico, uma estátua em pedra de Prometeu, aí colocada pela Câmara Municipal de Lisboa em 1925, e ainda um quiosque decorado com seis painéis de azulejos. -----

----- Considerando que este Jardim, que inclui o único parque infantil da freguesia, já foi um agradável espaço de convívio, de lazer e de recreio, se encontra, há muito tempo, num estado deplorável. -----

----- Considerando que o lixo se tem vindo a acumular ao longo dos tempos, que os espaços verdes não estão cuidados, que ali vivem sem abrigo que, nalguns casos, lá se encontram há mais de três anos, fazendo toda a sua vida nos espaços do Jardim, acumulando-se os dejectos dia após dia, trazendo cheiros insuportáveis, encontrando-se o lago sem água e pejado de um amontoado de detritos. -----

----- Considerando, igualmente, que as instalações sanitárias existentes no espaço foram há muito encerradas, não permitindo que os utilizadores do parque infantil recorram a estas instalações. -----

----- Considerando que tem havido frequentes denúncias e solicitações de moradores e comerciantes no sentido de ser recuperado o Jardim Constantino, resolvendo os graves problemas nele existentes, pois a CML não tem procedido a qualquer intervenção com vista à requalificação deste espaço. -----

----- Considerando que o estado em que este espaço verde se encontra representa um grave problema social, ambiental e de saúde pública, prejudicando toda a freguesia e os moradores em particular. -----

----- Considerando que a autarquia, em resposta às denúncias que os moradores e comerciantes lhe fizeram chegar, apenas diz ter requerido aos serviços a elaboração de um projecto de requalificação do Jardim Constantino, que tarda em ser posto em prática. -----



----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes” requerer que a Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- Avance de imediato com a requalificação do Jardim Constantino, tendo como prioridade a resolução dos problemas mais graves - sociais, ambientais e de higiene pública - de forma a permitir o usufruto integral deste espaço verde pelos munícipes; -

----- Promova um efectivo plano de apoio e acompanhamento aos sem abrigo; -----

----- Apresente à Assembleia Municipal de Lisboa os resultados do requerimento efectuado junto dos serviços, bem como o respectivo projecto de requalificação e calendário de intervenção. -----

----- O Grupo Municipal de “Os Verdes” – Deputados Municipais Sobreda Antunes e Jorge Rodrigues” -----

#### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO OITO**

----- Pela abolição da pobreza e exclusão social -----

----- “As Associações de Imigrantes organizaram, recentemente, um Fórum pela Cidadania e Justiça Social, onde debateram as políticas de imigração e as políticas sociais para a igualdade. -----

----- O debate reflectiu sobre a evolução e o endurecimento das políticas de imigração na União Europeia que, procurando consolidar uma Europa-fortaleza, têm vindo a colocar em causa os direitos, liberdades e garantias dos imigrantes, com o inevitável aumento da insegurança, da pobreza e exclusão social. -----

----- Apesar das melhorias introduzidas face à anterior legislação, também a actual lei portuguesa continua a permitir que milhares de imigrantes, que vivem e trabalham no nosso país, continuem a ser discriminados, mesmo que tenham nascido em Portugal, na obtenção da nacionalidade, marginalizando-os no acesso ao ensino, à saúde e ao trabalho. -----

----- O Fórum apelou, por isso, aos decisores, aos agrupamentos políticos e, em particular, aos órgãos municipais, para que defendam, com firmeza e critérios de transparência, o diálogo intercultural e experiências educativas de inclusão. -----

----- Tais medidas deverão considerar a inserção social e a integração na vida activa, a criação de redes de apoio a creches e jardins-de-infância, com horários alargados e adaptados aos turnos de trabalho, a preços indexados aos rendimentos e despesas do agregado familiar, a promoção de um ensino inclusivo com programas escolares adequados às novas realidades multiculturais, o estabelecimento de espaços de cultura e lazer nos bairros, com áreas de aprendizagem de línguas e de tecnologias, munidos de mediadores socioculturais capazes de prestarem assistência na integração, bem como políticas inclusivas de habitação, com a abolição de conceitos que estigmatizem os bairros, privilegiando a sua recuperação. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- Estimule o Conselho Municipal para a Interculturalidade e a Cidadania para que, tendo em consideração a diversidade cultural, defina e apresente projectos de apoio e integração social, em conjunto com as associações representativas dos imigrantes; ----

----- Pugne por direitos iguais para todos, que passem pela abolição da pobreza e da exclusão social, nomeadamente, das famílias imigrantes que trabalham e residem na capital; -----

----- Promova, junto das comunidades de imigrantes, medidas de acesso ao trabalho com direitos, à saúde, à habitação, ao ensino e a actividades culturais, de desporto e lazer; -----

----- Colabore na desburocratização dos processos de regularização, renovação de documentos e de reagrupamento familiar, -----

----- Envie a presente moção ao Governo e às organizações que fazem parte das Associações de Imigrantes e Direitos Humanos. -----

----- O Grupo Municipal de “Os Verdes” – Deputados Municipais Sobreira Antunes e Jorge Rodrigues” -----

#### **RECOMENDACÃO NÚMERO NOVE**

----- Gestão pública dos espaços verdes da cidade de Lisboa -----

----- “Os espaços verdes da cidade de Lisboa devem ser cada vez mais elementos estruturantes da vivência e permanência na cidade. Do canteiro à árvore, ao jardim de bairro ou até ao grande parque urbano, as estruturas verdes constituem elementos identificáveis na estrutura urbana, caracterizam a imagem da cidade, têm mesmo individualidade própria, desempenham funções precisas, sendo ainda elementos de composição e do desenho urbano. -----

----- São ainda importantes por permitirem, por exemplo, reduzir a poluição atmosférica, resultante da circulação automóvel, suavizar temperaturas extremas, ao filtrar a radiação solar, manter a permeabilidade dos solos, prevenindo e evitando cenários caóticos de cheias, bem como a quebra da monotonia da paisagem da cidade, causada pelos grandes complexos de edificações, que cada vez mais caracterizam as nossas cidades. -----

----- Ultimamente, tem-se vindo a assistir a uma constante tentativa de concessões, por contratação externa, da manutenção dos espaços verdes da cidade, as quais se caracterizam por serem curtas no tempo, o que provoca uma alternância entre o trabalho prestado por empresas privadas e a manutenção realizada directamente pela autarquia ou pelas freguesias, alternância essa que acaba por camuflar as deficiências, ou falta de experiência, do trabalho dessas empresas. -----

----- Por outro lado, por a CML não utilizar os formandos saídos da Escola de Jardinagem e de Calceteiros, situada na Quinta Conde de Arcos, duas grandes áreas verdes da cidade - Monsanto e Olivais - estão, neste momento, totalmente entregues a empresas. -----

----- Ora, considerando que existe uma falta acentuada de recursos humanos na Divisão de Jardins e de Matas, resultado de longos anos sem a abertura de concursos de ingresso, nem de ofertas públicas de emprego. -----

----- Considerando que está prevista a deslocalização dos trabalhadores que estavam afectos à manutenção dos jardins nos Olivais para outras áreas, nomeadamente para o Campo Grande, sendo que estas instalações tem vindo a apresentar uma manifesta falta de condições de higiene, saúde e segurança no trabalho, pelo que, a concretizar-se esta transferência, tal medida irá agravar ainda mais a situação actual dos trabalhadores. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- Promova, com a maior celeridade possível a abertura de procedimento concursal, com o objectivo de admitir novos trabalhadores para a Divisão de Jardins e de Matas, que permitam assim suprir parte das actuais necessidades de pessoal; -----

----- Pugne pela prestação do serviço público na manutenção e gestão dos espaços verdes da cidade, invertendo a tendência do recurso a empresas privadas; -----

----- Calendarize a organização de novas acções de formação, que permitam aumentar a disponibilidade de profissionais especializados no tratamento dos espaços verdes da cidade de Lisboa; -----

----- Implemente as necessárias medidas conducentes à melhoria das condições de trabalho e das instalações, designadamente, as situadas no Jardim do Campo Grande;--

----- Dê conhecimento da presente deliberação às associações representativas dos trabalhadores do município. -----

----- O Grupo Municipal de “Os Verdes” – Deputados Municipais Sobreda Antunes e Jorge Rodrigues” -----

#### ----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DEZ** -----

----- Pela suspensão imediata das obras do novo Museu dos Coches e pela abertura imediata do debate público -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. Os Laboratórios de Arqueociências (CIPA), o Serviço de Arqueologia Náutica e Subaquática e a Biblioteca de Arqueologia do actual Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR) se encontram sedeados nas instalações das antigas Oficinas Gerais do Exército, na Avenida da Índia, instalações que albergavam o antigo Instituto Português de Arqueologia (IPA) e onde decorrem trabalhos de demolição com vista à construção do novo Museu dos Coches;--

----- 2. Não obstante estarem em curso obras naquele espaço, os trabalhadores do IGESPAR, permanecem ainda naquelas instalações, estando sujeitos às mais deploráveis condições de trabalho (ruído de máquinas, pó) e enfrentando agora uma infestação de ratos em resultado do referido processo de demolição; -----

----- 3. Não foram ainda iniciadas as obras necessárias à transferência daqueles serviços para o edifício da Cordoaria Nacional, contrariamente ao que foi veiculado, em diversos órgãos de informação, pela Direcção do IGESPAR, e pelo próprio Ministro da Cultura em múltiplas ocasiões; -----

- 4. O pedido feito há quase um ano à Inspeção-Geral do Trabalho para que fosse feita uma avaliação às condições de Segurança e de Higiene no Trabalho nesse local não teve qualquer resposta; -----
- 5. A Biblioteca de Arqueologia, a maior do País na sua especialidade, e o Arquivo histórico da Arqueologia portuguesa (do ex-IPA) encontram-se desde Maio inacessíveis ao público, encaixotados e sem quaisquer condições de conservação e segurança; -----
- 6. O Laboratório de Arqueozoologia, no qual trabalham diversos investigadores, integrados num projecto de interdisciplinaridade de reconhecido mérito internacional, três dos quais com bolsas de cientistas convidados há aproximadamente dez anos e que aguardam pela justa resolução da sua situação laboral; -----
- 7. A Direcção da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM (Conselho Internacional dos Museus), ou ICOM Portugal, saudou a recusa de emissão de parecer favorável, mesmo condicionado, das deliberações da vereação da Câmara Municipal de Lisboa relativamente ao projecto do novo Museu dos Coches, afirmando que é sua “firme convicção que o projecto de um Novo Museu Nacional dos Coches não constitui prioridade museológica nacional, podendo pelo contrário representar uma oportunidade perdida e um autêntico “tiro no pé” para o próprio Museu que assim se pretendia beneficiar, o qual precisa de investimentos urgentes em restauro de colecções, incluindo as mais emblemáticas, e justificaria uma ampliação de instalações, mas nunca a sua transferência para outro local». -----
- 8. A Direcção do Museu Nacional de Arqueologia (MNA) manifesta-se contra a mudança do museu para as instalações da Cordoaria Nacional, indicando como motivos o facto de a Cordoaria estar instalada na zona de maior risco sísmico da cidade de Lisboa, acrescido do elevado risco de inundações, não sendo prudente a guarda ou exposição de tesouros nacionais únicos nesse espaço, além de não existirem quaisquer estudos que garantam ser mais económico instalar o MNA na Cordoaria, do que construir um museu de raiz, como consta no comunicado realizado pelo Grupo de Amigos do MNA; -----
- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, decida: -----
- 1. Recomendar à Câmara Municipal a suspensão imediata do processo de construção do novo Museu dos Coches, que suscita o desagrado de todos os elementos, directa ou indirectamente envolvidos no processo, a fim de se lançar um debate público e participativo, onde todos os que quiserem se possam fazer ouvir e se tenham em conta as opiniões das entidades do meio patrimonial e museológico; -----
- 2. Manifestar a sua preocupação perante a situação de total ausência de condições de trabalho e de salubridade a que os trabalhadores do IGESPAR se encontram actualmente sujeitos, para além da precariedade que afecta os seus bolseiros; -----
- 3. Considerar que devem ser garantidas, o mais rapidamente possível, as condições de trabalho para os ainda existentes trabalhadores do IGESPAR, sedeados na Av. Da Índia. -----

----- 4. Considerar ser urgente garantir a preservação e o usufruto do acervo da Biblioteca e do Arquivo Histórico da Arqueologia Portuguesa. -----

----- 5. Enviar esta moção para o Presidente da República, para o Gabinete do Primeiro-Ministro, para o Ministério da Cultura, para o Presidente e para todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República. -----

----- Grupo Municipal do Bloco de Esquerda - João Bau” -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que começava por referir, sem ironia, que era com muito gosto que saudava a presença hoje, nesta Assembleia Municipal, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. António Costa, para discutir com os Deputados Municipais as propostas que apresentava e que pretendia que fossem aprovadas pela Assembleia. Infelizmente, não tinha sido assim que acontecera nas últimas reuniões da Assembleia Municipal, em que se discutiam propostas que a Câmara dizia serem cruciais para Lisboa, mas que afinal não eram assim tanto, uma vez que o Dr. António Costa não tivera disponibilidade para vir aqui defendê-las durante semanas seguidas. -----

----- Talvez tivesse o Dr. António Costa o seu alfaiate a fazer as provas do seu novo fato com que pretendia apresentar-se aos lisboetas nas eleições de Outubro. Tentava ser o fato anti-Governo, mas esse era um fato que não lhe servia, era um fato que não lhe assentava nada bem, era um fato em que de cada um dos bolsos caía tudo aquilo que o Dr. António Costa queria esconder. -----

----- Por muito que lhe custasse, o seu fato era o fato governamental, o fato de aceitar e caucionar todas as decisões do Governo, ainda que negativas para a Cidade de Lisboa. E como elas tinham sido negativas! -----

----- Era um fato que permitira a muralha de aço em Alcântara; era um fato que aprovara a Lei das Finanças Locais, que asfixiara financeiramente o município; era um fato da ineficácia em devolver o Rio Tejo à cidade; era o fato que permitia a travessia rodoviária na nova Ponte Sobre o Tejo; era o fato que permitia que a Sociedade Frente Tejo tudo decidisse nas zonas mais nobres da cidade, sem cuidar dos órgãos municipais e dos interesses de Lisboa; era o fato que aceitava o fim do Museu de Arte Popular; era o fato que fora incapaz de se bater pela concretização da Autoridade Metropolitana de Transportes em Lisboa; era o fato que deixara avançar o Museu dos Coches sem discussão pública e sem estarem garantidos os pressupostos anteriores dessa mesma decisão; era o fato que via a Câmara deixar de ter um representante no Conselho de Administração do Metro de Lisboa. -----

----- Esse era o fato do Dr. António Costa e nenhum alfaiate conseguiria mudá-lo. O fato do apoio a diversas decisões governamentais tomadas contra os interesses da Cidade de Lisboa e dos lisboetas. -----

----- Mas para além de querer mudar de fato, o Dr. António Costa, tal como o PS, queria manter um guarda-chuva aberto. Era o guarda-chuva da insistência na mentira sobre as contas da gestão do Dr. Santana Lopes, para ver se faziam os lisboetas acreditar nela, tantas vezes a repetiam *ad nauseam*, e assim justificarem a sua incapacidade de fazer e deixar obra na Cidade de Lisboa. -----

----- O Grupo Municipal do PSD também não se cansaria de repetir que a diferença entre as dívidas deixadas pelo Dr. Santana Lopes para as dívidas deixadas pelo Dr. João Soares resultava de dívidas registadas num ano e que diziam respeito a anos anteriores, como o Vereador das Finanças, Dr. Cardoso da Silva, aqui reconheceria perante a Assembleia em 25 de Maio passado. -----

----- A saber: Parque Expo, SIMTEJO, Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso, despesas não contabilizadas, PER, empréstimos contraídos em 2001. -----

----- Essa insistência do Dr. António Costa soava ainda pior quando desde que tomara posse, em 1 de Agosto de 2007, e sem que se visse obra na cidade que o justificasse, já contraía dívidas de 74 milhões de euros. Só em três meses do ano 2009, que por acaso era este ano de eleições, já contraía mais de 33 milhões de euros em dívidas. Se fosse assim até ao final do mandato, em Outubro, o Dr. António Costa deixaria mais de 100 milhões de euros em dívidas, só em nove meses do ano de 2009. -----

----- De facto, que casa tão bem arrumada era esta que o Dr. António Costa deixaria em Lisboa? -----

----- Para lá do fato e do guarda-chuva, o Dr. António Costa também quisera calçar-se, procurando uma razão para dizer que deixava obra em Lisboa. Daí que não tivesse encontrado melhor que requalificar o Terreiro do Paço, obedecendo à Sociedade Frente Tejo e ameaçando destruir esse *ex-libris* da Cidade de Lisboa. -----

----- Não o faria naquilo que dependesse desta Assembleia Municipal, conforme tinha ficado claro no debate aqui realizado. Por isso o PSD voltava hoje a apresentar uma moção sobre essa matéria. -----

----- Não podia deixar de referir a esse propósito que, afinal, o Dr. António Costa tivera mesmo que ir a juízo recorrer da suspensão das obras de requalificação do Terreiro do Paço, conforme o PSD aqui referira a bem da verdade e conforme o dia 7 de Julho, com transcrição das peças apresentadas pela Câmara, como não podia deixar de ser, para evitar declarar o prejuízo para o interesse público que decorria da suspensão das obras de requalificação do Terreiro do Paço e que aqui, repetidamente, o Dr. António Costa pretendia infirmar daquilo que o PSD referia. -----

----- Também pretendia o Dr. António Costa calçar-se, porque havia dois pés para calçar e não ia dizer com que calçara o pé direito e o pé esquerdo, também tinha apresentado a Carta Estratégica Para 2010-2024. Julgava que estavam em 2009 a discutir a actividade do município nestes anos e, afinal, queriam que se discutissem princípios para a gestão da Cidade de Lisboa de 2010 a 2024. -----

----- Era curiosa esta dificuldade que o Dr. António Costa e o PS tinham em discutir o presente, aquilo que faziam, remetendo as discussões todas para o futuro, daquilo que prometiam. -----

----- Como bem dissera o Dr. António Costa aqui, não se ia discutir a obrzinha no passeio ou a limpeza das ruas, que se discutissem os grandes projectos estratégicos de Lisboa, ou seja, aquilo que era passível de todas as promessas, porque não tinha que ser caucionado todos os dias se o buraco fora tapado, se a rua estava limpa ou se o semáforo estava a funcionar. O PSD percebia o incómodo, não o aceitava. -----

----- Com o fato novo, com o guarda-chuva e calçado, o Dr. António Costa partira à procura de alianças e assistira-se nestes dias à confirmação da candidatura conjunta do Dr. António Costa e do Dr. Sá Fernandes, que apenas merecia um comentário: -----

----- Ficava claro para todos os lisboetas que o Dr. António Costa queria contar na sua equipa, em posição destacada, com um Vereador que fizera prolongar a construção do Túnel do Marquês contra os interesses da cidade; que fizera com que a Câmara pagasse mais pelo Túnel do Marquês por força dessa paralisação, contra os interesses da cidade; que tinha gerido de forma negativa os pelouros que lhe foram atribuídos, contra os interesses da cidade; que vinha protagonizando uma postura de confronto e desrespeito para com as freguesias da Cidade de Lisboa, contra os interesses da cidade e da sua população. -----

----- Ficava claro este *compagnon de route* do Dr. António Costa e a escolha que fazia para caracterizar esta sua candidatura. -----

----- Em relação a alguns pontos deste PAOD, o PSD apresentara um voto de protesto, considerando a situação que estava a atingir as raias do insustentável em democracia, que eram os atentados contra as forças da ordem no exercício das suas missões. Por isso o PSD entendera, independentemente de outro tipo de valorações, que a Assembleia Municipal de Lisboa devia manifestar-se aqui repudiando este tipo de violência contra as forças policiais e defendendo a necessidade de se assumir uma postura que as defendesse, as credibilizasse, as prestigiasse e restaurasse a autoridade do Estado Democrático. -----

----- Também era com muita satisfação que, depois de ter feito a entrega ontem de manhã das moções para agendamento hoje, que durante os jornais da tarde tivesse aparecido a indicação de que a Câmara Municipal de Lisboa estava a desenvolver um plano de contingência para a gripe H1N1. Ainda bem, porque haveria sintonia, como não poderia deixar de ser numa matéria destas, entre aquilo que hoje era recomendado na Assembleia e aquilo que a Câmara, pelos vistos, já estava a fazer. -----

----- Tinha passado mais uma sessão desta Assembleia Municipal, que incluía pelo menos três reuniões, e a Câmara continuava a guardar na gaveta dois pontos fundamentais daquilo que era o seu mandato, que era a Comissão de Boas Práticas, regulamentação da atribuição de casas municipais. Para que ficasse aqui registado, o tempo passava e a decisão não existia. Continuavam processos na gaveta, por trazer a esta Assembleia. -----

----- Uma questão também para balizar já o debate com tempo, a Primeira Revisão do Orçamento para 2009. O PSD, quando da discussão do Orçamento para este ano, aprovara uma recomendação na Assembleia Municipal que previa um conjunto de reforços em sede de revisão orçamental das áreas dedicadas às juntas de freguesia, ao apoio à acção social, às actividades económicas e à juventude e desporto. -----

----- Via-se agora que os mais de 20 milhões de saldo transitado eram incipientemente investidos nuns pequeninos apoios sociais. Incipientemente porque visavam regularizar uma situação existente do passado com a Junta de Freguesia de Belém, afectos a uma junta de freguesia, situação que apoiava, mas depois havia cerca de 12 ou 13 milhões de euros que iam para aquisição de serviços à SIMTEJO e à

VALORSUL, quando na reunião aqui em que se discutira o empréstimo para regularização de dívidas, aprovara-se regularizar 12,7 milhões de euros para a SIMTEJO e 3,4 milhões de euros para a VALORSUL. -----

----- Agora, a Câmara ainda não contente, em vez de reforçar as áreas sociais, o apoio às áreas económicas, as juntas de freguesia, a área da juventude e desporto, afectava cerca de 14 milhões de euros para aquisição de serviços à SIMTEJO e à VALORSUL. Mais, afectava 4 milhões de euros a um erro de despesismo de funcionamento interno, com comunicações e com prolongamento de horários, horas extraordinárias, o que era inaceitável. -----

----- O PSD faria depender a forma como viabilizaria ou não a revisão orçamental daquilo que fosse, em sede de Comissão de Finanças, a explicação para estas opções, a capacidade e interesse em aproveitar algumas alternativas e reformular a distribuição das verbas e daquilo que fossem as explicações dadas pelo município. Nesse sentido, o PSD depois definiria a sua votação. -----

----- Voltando à primeira forma, o Dr. António Costa que deixasse esse fato novo que não lhe assentava e a responsabilidade de ele não lhe assentar não era do alfaiate, era mesmo do cliente. Assumisse, para o bem e para o mal, aquilo que tinha sido a sua gestão em Lisboa, assumisse o seu fato, que estava longe de ser o da formiguinha. Vinha sendo muito mais o da cigarra, cantando alto para a comunicação social realizações e méritos que não existiam e que não tinha de todo. -----

----- Que se apresentasse aos lisboetas com uma política de verdade, aquela que o Grupo Municipal do PSD vinha procurando defender e praticar nesta Assembleia Municipal neste mandato, sempre a favor de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, dirigindo-se ao Deputado Municipal Saldanha Serra, disse que se fosse o alfaiate principal de uma alfaiataria, com certeza não era seu cliente, porque enganava-se tanto nas medidas e nos fatos que ia seguramente à falência, porque defraudava os seus clientes a trocá-lhes sempre as medidas. O Deputado Municipal Saldanha Serra tinha perdido uma boa oportunidade para se remeter ao silêncio. -----

----- Esta fixação no Dr. António Costa era de facto qualquer coisa de exagerado, porque revelava uma insegurança enorme do PSD não só no seu candidato, mas também nas suas políticas. -----

----- Não havia sessão da Assembleia Municipal nenhuma que o PSD não tivesse aqui uma moção de censura ao Senhor Presidente da Câmara, ou uma moção a criticar. De facto era qualquer coisa de extraordinário essa fixação e esse autêntico receio que o PSD revelava com o Presidente da Câmara, que ontem tinha anunciado a sua recandidatura à Câmara Municipal de Lisboa e que, em nome do PS, queria aqui novamente saudar. -----

----- O PSD estava de tal forma preocupado que vinha aqui agora, a pretexto de uma moção, criar argumentos e inventar situações que revelavam estar o PSD completamente desnortado. -----

----- Vivera-se aqui uma situação em que um Vice-Presidente da Câmara fora Ministro das Obras Públicas e depois um Presidente da Câmara que fora Primeiro-



Ministro. A pergunta que se fazia era o que é que Lisboa beneficiara com a passagem dessas pessoas à frente dos destinos do País. Completamente nada, zero. O que é que se resolvera de problemas crónicos da cidade? Do problema da zona ribeirinha? Não se resolvera nada. -----

----- Percebia a preocupação do PSD, até porque o PSD já reparara que desde que o Dr. António Costa era Presidente da Câmara, muitas das questões que estavam bloqueadas entre a autoridade central e o município começaram a ser desbloqueadas e, mais grave do que isso para o PSD, também já tinham reparado que este Presidente da Câmara, como dizia e muito bem apoiante do Governo do seu partido, nunca hesitaria nunca em criticar esse Governo quando os interesses de Lisboa estivessem a ser colocados em causa. -----

----- Era essa a marca distintiva em relação ao PSD, que por lá tinha passado em simultâneo, até com a promiscuidade de um Vice-Presidente ser Ministro e depois voltar a ser Presidente e um Presidente ser Primeiro-Ministro e depois voltar a querer ser candidato e ser Vereador. O PSD passara por isso tudo e nunca fora capaz de colocar os interesses da cidade acima de todos os outros interesses. Era preciso ter uma grande “lata” para virem para aqui inventar factos. -----

----- A conclusão do Eixo Norte-Sul fora resolvida no Governo do PSD ou neste? A CRIL, que ia estar agora concluída em Outubro, fora no tempo do PSD ou neste? -----

----- A passagem da Dr<sup>a</sup>. Ferreira Leite pelo Governo, em que é que tinha beneficiado a Cidade de Lisboa? Constara-lhe que uns dias antes ela estivera reunida com os pequenos empresários da construção civil, dizendo que eram o motor da economia do País, mas aqui o PSD votava contra, através de uma abstenção insidiosa, o Plano de Reabilitação da Cidade que iria permitir a criação de mais de 5 mil postos de trabalho e a dinamização desse sector. Onde estava a coerência do PSD ao longo destes anos nesta matéria? -----

----- De facto, este PSD não tinha emenda e o PS estava preparado para, ao longo dos tempos que faltavam, o PSD vir aqui a todas as Assembleias Municipais, fruto da sua esmagadora e soviética maioria absoluta nesta Assembleia Municipal, aprovar todas as moções que entendesse, todas as condenações do Presidente da Câmara António Costa. No entanto, de uma coisa tinha a certeza, era que seriam julgados pelos lisboetas, tal como o PS, no dia 11 de Outubro. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que se passara dos factos e contra-factos para fatos e contra-fatos, numa alfaaiataria completamente fora de moda. -----

----- Ouvira-se aqui uma intervenção do público sobre as condições de habitação nas torres do Alto da Eira. Continuava a situação e continuavam as queixas dos moradores. O PCP já fizera propostas na Câmara Municipal, aliás aprovadas, e também aqui na Assembleia Municipal sobre a resolução dos problemas exaustivamente descritos aqui, em documentos que foram apresentados e votados. Era bom que a Câmara assumisse de facto esses problemas e os resolvesse. -----

----- Através da apresentação de um Voto de Pesar, recordava-se Irisalva Moita e o seu esplêndido trabalho no Museu da Cidade. -----

----- Quanto à Moção nº 1, do PSD, os seus considerandos eram contraditórios e insuficientes. Não havia uma palavra para o acordo entre o governo PS e a Câmara PS, de encerramento dos Hospitais de S. José, Santa Marta, Estefânia, Capuchos e parte do Curry Cabral. Aí o PSD acompanhava pelo silêncio a destruição futura de património valioso para a cidade, acordada entre António Costa e o então Ministro da Saúde Correia de Campos. Por outro lado, lembrava que a Sociedade Frente Tejo fora proposta por um eleito do PSD, à data presidente da Câmara. Também referia a crítica insuficiente sobre o acordo entre o governo PS e a Mota-Engil. O PCP era contra esse negócio, mas defendia a actividade económica no Porto de Lisboa. Era bom que esta Assembleia conhecesse aquilo que se passava com a estrutura Porto de Lisboa e as graves ameaças para os trabalhadores da estrutura representativa nesta cidade. -----

----- O Grupo Municipal do PCP apresentava Moções manifestando a solidariedade com os trabalhadores da EMEL; sobre os problemas de ruído e queixas de moradores na Rua das Janelas Verdes; sobre a extinção do serviço de Finanças do 6º Bairro Fiscal em Alcântara, determinado pelo governo PS e que afectava a população daquela zona; sobre a actualização do Plano de Urbanização da zona envolvente à Estação do Oriente; bem como Recomendações sobre a reabilitação do Mercado de Arroios, já aqui defendida pelos comerciantes e pela população, sobre a insegurança e falta de limpeza na zona do Miradouro de Santa Catarina, sobre a necessária fiscalização à circulação de trânsito, sinalização e reforço de passadeiras na Rua João de Freitas Branco. -----

----- Enquanto António Costa e o PS faziam propaganda e envolviam o Município numa falsa carta a Garcia que só tinha palavras e nada de estratégico; falavam sobre pretensas uniões à esquerda para procurar cobertura a políticas de direita; faziam contas de mercearia eleitoral e não tinham ideias nem programa para Lisboa que não fosse alienação de património, debaixo de um manto de uma Lisboa dita cosmopolita pelo Senhor Primeiro-Ministro para juntar o governo PS e a Câmara PS a negócios da alta finança; enquanto tudo isto acontecia, o PCP combatia a direita no terreno, apontava Santana Lopes e todo o desastre que fora para Lisboa - endividamento da Câmara, escândalos, confusões e processos que ainda perduravam nos tribunais, envergonhando o Município; o PCP lembrava o que acontecera no seu mandato, por exemplo, a revisão simplificada do PDM, com o apoio do PS; PS que aprovara todos os orçamentos de Santana Lopes e Carmona Rodrigues, era bom lembrá-lo, à excepção do de 2005 - por ser ano de eleições; que aprovara na CML e na Assembleia o escândalo da permuta do Parque Mayer com parte dos terrenos da Feira Popular. ----

----- Isto só para lembrar algumas uniões da direita e do PS, numa política do bloco central de interesses que não tivera nem teria a cobertura do PCP. -----

----- O PSD apresentava de novo à Câmara o passado, mal recauchutado e com buracos à vista. O PS não percebia que tivera já uma derrota porque tinha feito uma política de direita no Governo que a direita nunca conseguira levar tão longe. Não tinha uma política para Lisboa que defendesse e promovesse a cidade e a maior prova era que não trazia a esta Assembleia os problemas e anseios reais e objectivos das

populações. Apenas trazia tentativas de chicana política e propaganda de banha da cobra. -----

----- O PCP tinha as suas propostas, estava todos os dias na luta em Lisboa, nos Bairros e Freguesias. Apresentava Moções e Recomendações em defesa das populações e dos interesses populares de Lisboa. Era por aí que o PCP ia, com firmeza e coerência. Os lisboetas sabiam que o PCP só tinha uma cara, que cumpria o que propunha e que merecia inteiramente o voto, a confiança e a força que teria para realizar o seu programa e afirmar o futuro da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Nascimento (BE)**, no uso da palavra, disse que falaria brevemente sobre a moção apresentada pelo BE, condenando o golpe militar nas Honduras. Os factos eram conhecidos e na moção apresentada pelo BE eram descritos com algum pormenor. Por isso se abstinha de rememorá-los novamente. -----

----- Parecia-lhe que essa moção podia ser subscrita por todas as bancadas. No fundo, reflectia a crítica que universalmente vinha sendo assumida, de que os militares não podiam arbitrariamente interromper um processo democrático que fora escolhido pelo seu povo. Aqui estariam todos de acordo e aqueles que eram representantes eleitos pelo povo de Lisboa tinham a obrigação de defender que todos os povos tivessem igual direito a não se sentir defraudados na esperança depositada nos seus escolhidos. -

----- Era evidente que as causas deste golpe de estado já seriam com certeza percebidas por cada um dos partidos do espectro partidário de modo diferente. Para o BE, o que estava na origem desta intervenção militar era a integração das Honduras na Aliança Bolivariana para as Américas, agrupamento progressista de alguns estados da América Latina. Essa adesão iria pôr em causa, ou pelo menos provocar alguma perturbação nas poderosas bases que os Estados Unidos possuíam naquele país, principalmente a localizada em Soto Cano, onde estava sediada uma força de acção conjunta Bravo. -----

----- Já fora no distante ano de 1954 que os Estados Unidos se serviram da plataforma que dispunham aí para o golpe contra o governo legítimo da Guatemala, chefiado por Arbenz. Servira igualmente de ponta-de-lança para a invasão de Cuba em 1961 e ainda como base operacional dos “contras” contra o governo revolucionário da Nicarágua. -----

----- Neste sentido, apesar dos novos ventos que sopravam em Washington e das posições críticas assumidas pela responsável da condução da sua política externa, a verdade era que até ao momento e conhecendo o peso militar e económico dos Estados Unidos, estes não conseguiram que o Presidente legitimamente eleito pudesse regressar àquele país. -----

----- Pelo que inicialmente fora afirmado, não seria demais pedir aos Deputados Municipais desta Assembleia que votassem favoravelmente esta moção, contribuindo para a pressão internacional que se estava a exercer sobre os golpistas. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Rodrigues (PEV)**, no uso da palavra, disse que através da Recomendação sobre a “a gestão pública dos espaços verdes da Cidade de Lisboa”, “Os Verdes” pretendiam, entre outras questões, que a Câmara Municipal de

Lisboa mantivesse a defesa, que anteriormente anunciara, de que os espaços verdes emblemáticos da cidade se manteriam sob a gestão da Câmara. -----

----- No entanto, mais uma vez era apresentada a esta Assembleia mais uma proposta com a tentativa de concessão a privados de um espaço verde, neste caso, da Avenida da Liberdade. Muito preocupante era também o facto de esta desresponsabilização por parte da Câmara, pela gestão destes espaços verdes, ser proporcional à falta de apoio que era prestado à escola de jardineiros e calceteiros, cujos formandos saíam para trabalhar para outros municípios ou mesmo para as empresas que depois a própria Câmara contratava para concessionar os seus espaços verdes. -----

----- Havia aqui uma clara tentativa de privatização do espaço público, sob o pretexto de que não existiam recursos humanos suficientes que assegurassem estas funções, quando era óbvio que, não abrindo concursos para a admissão de pessoal, a CML revelava desinvestimento no sector, agravado também e não só pela anunciada transferência de mão-de-obra especializada do posto dos Olivais, para outros locais, como por exemplo para o Campo Grande, já de si sem condições para os trabalhadores que já lá se encontravam, pois havia muito tempo que estavam instalados em contentores, supostamente provisórios. -----

----- Já não bastavam duas das grandes áreas verdes da cidade - Monsanto e Olivais - estarem totalmente entregues a empresas, a CML partia agora para a tentativa de 'outsourcing' de jardins emblemáticos da cidade, como era o caso da Avenida da Liberdade. -----

----- O PEV pretendia, por isso, que a CML promovesse com a maior celeridade possível a abertura de procedimento concursal, com o objectivo de admitir novos trabalhadores para a Divisão de Jardins e de Matas, que permitissem assim suprir parte das actuais necessidades de pessoal, que pugnassem pela prestação do serviço público na manutenção e gestão dos espaços verdes da cidade, invertendo a tendência do recurso a empresas privadas, e que implementasse as necessárias medidas conducentes à melhoria das condições de trabalho e das instalações, designadamente, as situadas no Jardim do Campo Grande. -----

----- Por sua vez, através da Recomendação sobre a "Requalificação do Jardim Constantino", "Os Verdes" afirmavam-se preocupados com a situação degradante em que este espaço se encontrava - quer a nível social, ambiental e de saúde pública -, considerando ser da máxima importância uma urgente intervenção nesse espaço, por parte da autarquia. -----

----- Os sem-abrigo faziam toda a sua vida naquele espaço, os seus dejectos iam-se acumulando, havendo lixo espalhado por todos os canteiros. O lago não tinha água e tinha também vindo a acumular mais lixo. As instalações sanitárias, integradas num quiosque decorado com seis painéis de azulejos, estavam encerradas há anos. O jardim, que apresentava um rico património vegetal, possuía ainda o único parque infantil da freguesia, mas que não era utilizável, também devido à sua vizinhança. Por esses motivos, tinha havido constantes queixas e denúncias, por parte dos moradores e dos comerciantes, que apelavam à sua recuperação e ao seu pleno usufruto. -----

----- Sabia-se também que a Câmara requerera aos serviços que estudassem a situação, tendo colocado tapumes de obras em algumas zonas do Jardim, mas ninguém, nem a própria freguesia, tinha a certeza do que estaria projectado ou quando foram aprovadas essas obras. O mais curioso era que estas obras nem sequer se destinavam à recuperação do parque infantil, do lago ou dos espaços verdes, mas sim, segundo os próprios técnicos da Câmara que lá se encontravam e foram interpelados pela população, apenas à instalação de mais um quiosque de 'charme', porque o executivo considerava que seria a concessão desse equipamento que ira trazer dinheiro. -----

----- Em alternativa, “Os Verdes” exigiam, por isso, que a Câmara avançasse de imediato com a requalificação integral do Jardim Constantino, tendo como prioridade a resolução dos problemas mais graves – sociais, ambientais e de higiene pública – de forma a permitir o usufruto integral deste espaço verde pelos munícipes, que promovesse um efectivo plano de apoio e acompanhamento aos sem abrigo e que apresentasse à Assembleia Municipal de Lisboa os resultados do requerimento efectuado junto dos serviços, bem como o respectivo projecto de requalificação. -----

----- Finalmente, através da Recomendação “pela abolição da pobreza e exclusão social”, “Os Verdes” queriam aqui deixar expressa uma saudação às associações de imigrantes e outras minorias que participaram no recente Fórum pela Cidadania e Justiça Social. -----

----- Recomendavam, por isso, vivamente à Câmara que estimulasse o Conselho Municipal para a Interculturalidade e a Cidadania para que, tendo em consideração a diversidade cultural, definisse e apresentasse projectos de apoio, em conjunto com as associações representativas dos imigrantes, que pugnassem por direitos iguais para todos, que passassem pela abolição da pobreza e da exclusão social, nomeadamente, de minorias e das famílias imigrantes que trabalhavam e residiam na capital e ainda que promovesse, junto dessas comunidades, medidas de acesso ao trabalho com direitos, à saúde, à habitação, bem como ao ensino e a actividades culturais, de desporto e lazer, tendo em vista a sua mais fácil integração social e participação activa na vida da capital. -----

----- Finalmente, sobre a queixa dos moradores pelo ruído dos bares nas Janelas Verdes, requeria que a polícia municipal aí se deslocasse para levantar um auto sobre a situação denunciada. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Sousa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires, no uso da palavra, disse que, sobre a Moção nº 2, já era a segunda vez que a população se pronunciava relativamente aos cortes de trânsito na Baixa. Nomeadamente, nesta última vez, o Presidente dos Comerciantes da Baixa tivera uma frase que fora publicada no Diário de Notícias do dia 10 de Julho que achava interessante e que convinha ser dita aqui: “As modificações do trânsito foram a pior coisa que aconteceu ao comércio da Baixa nos últimos anos”. -----

----- Gostava que o Senhor Presidente da Câmara tivesse isso em consideração e prestasse atenção a essas palavras ditas pelo representante dos comerciantes. -----

----- Já agora, gostava de acrescentar aqui que as telas existentes na Rua do Arsenal, em vez de referirem que “obra a obra Lisboa melhora”, se calhar deviam dizer “obra a

obra o trânsito em Lisboa piora”. Se calhar tinha mais sentido essa afirmação, que podia ser mais correcta e correspondente ao que de facto se passava no trânsito, nomeadamente na Rua do Arsenal. -----

----- Na Rua do Arsenal aconteciam situações caricatas, os comerciantes não tinham acesso à rua e legalmente não podiam circular na rua, que era única e exclusivamente para transportes públicos. Por outro lado, na esquina com o Largo do Corpo Santo existia uma paragem da Carris que tinha 23 carreiras assinaladas, o que era um erro crasso em termos de transportes públicos. -----

----- Essa alteração não tinha sido feita consoante o interesse da cidade, não havia um estudo prévio, e mais uma vez voltava a dizer que o trânsito na Baixa tinha que ser alterado e não podia continuar da forma como estava a decorrer. -----

----- **A Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, no uso da palavra, disse que vinha falar sobre a recomendação do PCP quanto à insegurança e falta de limpeza em Santa Catarina. O título parecia-lhe infeliz, porque quem olhasse só para o título pensava que isso era na Freguesia de Santa Catarina. Acontecia que o Miradouro de Santa Catarina estava na área geográfica de São Paulo. -----

----- A Freguesia de Santa Catarina tinha várias realidades, tinha uma realidade mais Bairro Alto e tinha depois uma realidade diferente, da zona conhecida antigamente por Bairro de Santa Catarina e que ficava adjacente ao referido miradouro. -----

----- Quanto ao miradouro, já fora apresentado e discutido com o seu colega de São Paulo um projecto de requalificação. -----

----- Quanto à zona que estava próxima de Santa Catarina, realmente preocupava, quer a si, quer à Vogal que tinha o pelouro do Ambiente na Junta de Freguesia e que era do PCP. -----

----- Havia um comprometimento dos serviços camarários no sentido de agora, com o aumento do número de cantoneiros, ser aumentada a frequência da lavagem e da varredura. Efectivamente, era uma situação que se verificava naquela zona havia muitos anos, assim como da insegurança. -----

----- Saudava a apresentação dessas preocupações e votaria a favor, mas queria fazer a ressalva, porque a Freguesia de Santa Catarina estava incluída no Bairro Alto e aí a conversa era outra. Havia um plano integrado de intervenção no Bairro Alto que vinha a dar os seus frutos, com o aumento de segurança, devido ao aumento de intensidade da iluminação pública. -----

----- Havia limpeza de fachadas em muitas ruas do Bairro Alto. Ainda não chegara propriamente à zona de Santa Catarina, mas lá chegaria. Também a lavagem diária e a varredura frequente. Além disso, o controlo quanto aos horários dos bares. -----

----- A zona do Bairro Alto, cuja frequência era conhecida, quer por nacionais, quer por turistas, etc., estava a ser fruto de uma intervenção como nunca tinha havido até aqui. -----

----- Quanto à outra zona da Freguesia, que estava próxima do Jardim de Santa Catarina, a Junta de Freguesia subscrevia e mais uma vez requeria aos serviços camarários competentes que a promessa feita, de até ao final do ano implementarem a

recolha selectiva, de aumentarem a frequência das lavagens e da varredura, que fosse o mais depressa possível implementada e que aumentasse também a fiscalização na zona. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que em 1994, através da Portaria 871, assinada na altura pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais Vasco Valdez, foram criados 14 bairros fiscais em Lisboa. Com a data de 15 de Junho de 2009, através da Portaria 599/2009, o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos encurtara de 14 para 11 bairros fiscais, prejudicando nesse caso Alto Pina e São João de Deus, que tiveram que ir para o 1º Bairro Fiscal e até aí pertenciam ao 5º. Benfica, que era 13º, tivera que ir para o 5º Bairro Fiscal. Prejudicara Alcântara, Prazeres e Santos-o-Velho, a irem para o 7º Bairro Fiscal, no Restelo, onde já estava Ajuda, Santa Maria de Belém e São Francisco Xavier. -----

----- Estas mudanças estavam possivelmente na estratégia do Governo de emagrecimento do Estado. Neste momento estava-se numa política neo-liberal de menos Estado. Ficava-se só com a parte repressiva do Estado e estava a largar a pouco e pouco as funções que devia ter obrigação de fazer. -----

----- No dia 26 de Junho, logo que tomara conhecimento desta Portaria, a Junta de Freguesia de Alcântara apresentara um protesto ao Senhor Ministro das Finanças sobre essa decisão. Devia pensar que eram atrasados mentais e no preâmbulo dizia uma coisa espantosa: “esta mudança é a possibilidade de redução do actual número de serviços de Finanças no Concelho de Lisboa sem que daí resultem prejuízos para os contribuintes”. -----

----- Deslocar pessoas idosas de Alcântara para o Restelo, quando havia dificuldade de transportes e antes iam a pé, isso era sem prejuízo? Ao menos que não pusessem essas coisas nos preâmbulos, que parecia estarem a brincar. -----

----- Ia prejudicar toda a população de Alcântara, Prazeres e Santos-o-Velho. Tinha intenção de convidar as outras juntas para uma reunião, para tomarem uma posição conjunta. Já tinha escrito para o Senhor Ministro, mas parecia-lhe que podiam fazer uma coisa mais pública. Esperava que o Senhor Presidente de Santos-o-Velho também acompanhasse nessa *démarche*. -----

----- Prejudicava toda essa zona, a população, o comércio, a restauração. Era uma coisa perfeitamente inconcebível. -----

----- Já estava habituado quando o PS estava no Governo. Fora o PS que retirara a Conservatória do Registo Civil que estava em Alcântara e que toda a zona ocidental beneficiava disso, o Registo Predial, o Civil e o Cartório Notarial. Fora na altura em que o Dr. António Costa era Ministro da Justiça, que transferira de Alcântara para fora, concentrando serviços, sempre na optimização de serviços, mas prejudicando as populações. -----

----- Era nesse sentido que o PCP discordava da política do Governo. Os PRACEs eram bons era na Turquia, não era em Portugal. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que as suas primeiras palavras iam para os moradores das torres do Alto da Eira, que tiveram aqui

uma intervenção no período dedicado ao público. Era um tema que preocupava o BE e sobre o qual se vinha debruçando. Apresentara aqui no passado mês de Maio uma moção exactamente sobre esse problema e estava neste momento em elaboração um requerimento com um pedido de informação à Câmara sobre as intervenções que estavam previstas para resolver os problemas aqui apresentados. -----

----- Sobre a moção apresentada pelo BE com o título “Pela Inclusão e Justiça Social”, realizara-se em Lisboa, em 11 e 12 de Julho, um Fórum Pela Cidadania Justiça Social, organizada por um conjunto diversificado de organizações de imigrantes e defesa dos direitos humanos. Na moção começava-se por, na parte deliberativa, saudar a realização desse fórum. -----

----- Preocupava a situação de precariedade social em que viviam muitos imigrantes das minorias étnicas. Preocupava a discriminação institucional e social de que eram vítimas essas minorias, o que empurrava tantas e tantos para a pobreza, a exclusão e a marginalidade. Preocupava o endurecimento que se verificava genericamente na Europa, nas políticas de imigração e a ausência de uma orientação coerente para uma política de combate à exclusão social e pela justiça social, pela inclusão social e cultural. -----

----- Preocupava ainda o aparecimento do fenómeno da violência urbana, resultante em grande parte das tensões sociais mal geridas e sem resposta política adequada pelas entidades competentes. -----

----- Na parte deliberativa da moção condenavam-se as políticas de exclusão social e de marginalização das minorias étnicas. Defendia-se mais uma vez a extensão do direito de voto aos imigrantes que residissem em Portugal há algum tempo. Defendia-se a criação de um observatório da violência policial para registar, monitorizar e denunciar a violência policial sempre que ela ocorresse. Defendia-se o aumento do incentivo à qualificação profissional e escolar das minorias étnicas. -----

----- O BE apresentava ainda uma recomendação sobre o problema do novo Museu dos Coches. Em Junho fora apresentada uma moção sobre a reconversão da zona ribeirinha e o problema do Museu dos Coches. Qual a razão de se apresentar novo documento a incidir sobre essa matéria? A razão estava expressa no documento e eram as obras de demolição em curso, porque apesar das posições que sucessivamente esta Assembleia vinha aprovando por iniciativa de várias bancadas, nomeadamente do BE, sobre esta matéria, as obras continuavam sem qualquer discussão pública dos projectos que estavam a ser executados. -----

----- As demolições estavam a afectar instalações dos Laboratórios de Arqueologia, do Serviço de Arqueologia Náutica e Subaquática, da Biblioteca de Arqueologia do actual Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. -----

----- Criavam situações de trabalho muito negativas aos trabalhadores do IGESPAR que permaneciam nas instalações e que estavam sujeitos às mais deploráveis condições de trabalho. Ruído de máquinas, pó e enfrentavam agora até uma infestação de ratos, em resultado do processo de demolição. -----



----- Acrescia que não foram ainda iniciadas as obras necessárias à transferência daqueles serviços para o edifício da Cordoaria Nacional, mau grado as notícias veiculadas em diversos órgãos de comunicação social sobre o assunto. -----

----- Também a Biblioteca de Arqueologia, a maior do País na sua especialidade, e o Arquivo Histórico da Arqueologia Portuguesa se encontravam desde Maio inacessíveis ao público, encaixotados e sem quaisquer condições de conservação e segurança. -----

----- Era mais uma vez recomendar à Câmara que se pronunciasse sobre este ponto e que tomasse medidas para obviar a essa situação. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Pinto (PS)**, no uso da palavra, disse que eram algumas notas breves sobre a Recomendação nº 2, do PSD. -----

----- Começava logo no primeiro parágrafo, que apresentava algumas reservas em matéria de pareceres obrigatórios por parte da juventude. Já tinha dito aqui e voltava a repetir que havia uma clara diferença ideológica. O PS confiava, o PS queria ouvir os jovens. O PSD da Assembleia Municipal, porque o da Assembleia da República já não concordava e votava da mesma forma que o PS, não confiava e não tinha fé nos jovens da Cidade de Lisboa. Começava por aqui porque isso era fundamental. -----

----- Por outro lado, recomendava-se que a Câmara Municipal de Lisboa violasse uma Lei do Estado, ou seja, que a CML não fizesse o que decorria da Lei nº 8/2009, mas que aplicasse um Regulamento que estava em funções em 2003 e que hoje já estava datado. -----

----- Recomendava que a Câmara fosse contra o Estado, mas acontecia que o Senhor Presidente da Câmara, Dr. António Costa, tinha passado os últimos dois anos a credibilizar de novo o nome da cidade e vinham aqui com uma “distinta lata” tentar que a Câmara fosse contra o seu bom nome. -----

----- Era hipócrita o facto do PSD propor a reactivação do Conselho Municipal de Juventude sob uma forma de regulamento que tinham até considerado na última sessão da Assembleia Municipal ser demasiado pesado, ultrapassado, obsoleto, mas que agora já servia para o PS. -----

----- Não era com esta fraca e simples manobra política que o PSD e o seu candidato, que na Assembleia da República votava favoravelmente a Lei e aqui votavam contra, conseguiria justificar porque é que não queria ouvir os jovens de Lisboa. O PS queria ouvir os jovens de Lisboa e o PSD tentava que não fossem ouvidos. -----

----- **A Senhora Vereadora Ana Sara Brito**, no uso da palavra, quanto à intervenção do PEV sobre os sem-abrigo, disse que tinha pena que apenas falassem de uma situação, na medida em que a cidade tinha finalmente o Plano Cidade Para as Pessoas Sem-Abrigo. -----

----- As pessoas sem-abrigo eram pessoas com direitos também, como qualquer um, e não se podiam retirar dos espaços pela força, sem o diálogo, sem a participação, sem se falar com eles, sem se distinguir pessoas sem-abrigo que estavam no espaço público e aqueles que utilizavam esse espaço para ilegalidades ou outras situações. Havia que distinguir entre as pessoas sem-abrigo e as pessoas que se aproveitavam das pessoas sem-abrigo. -----

----- Já tinha entregue o Plano Cidade Para as Pessoas Sem-Abrigo e estava de uma forma integrada. Já uma vez aqui na Assembleia se falara em recolher os sem-abrigo e à época tinha reagido, porque os sem-abrigo não se recolhiam, na Cidade de Lisboa acolhiam-se, não se recolhiam. -----

----- Para os que estavam no Jardim Constantino, tinha-se ido várias vezes junto deles, durante o dia e especialmente durante a noite. Em colaboração com o SEF, com a PSP e a PM vinham-se desenvolvendo algumas acções com vista a convencer aqueles que eram de facto pessoas sem-abrigo a aceitarem serem acompanhados no espaço inaugurado por este Executivo, o Espaço Ser Pessoa, no Rêgo, e aceitarem ir para alguns dos centros de acolhimento da cidade. -----

----- Não era fácil, alguns não queriam mesmo, mas estava-se a trabalhar em conjunto com o Senhor Vereador Sá Fernandes, uma vez que o Jardim Constantino ia sofrer obras de requalificação. -----

----- Não se esqueciam as pessoas sem-abrigo e não se deixavam abandonados. -----

----- Deixaria à Senhora Presidente da Assembleia a informação daquilo que tinha sido feito ultimamente. Já tinha estado lá três vezes e o Senhor Presidente da Câmara fora lá à noite visitar, sem a comunicação social, sem as luzes da ribalta, para que se pudesse entender em conjunto como ajudar a resolver aquela situação. -----

----- Se fosse fácil, todos tinham resolvido havia muito tempo, mas não era. Voltava a dizer que eram pessoas com direitos e tinha que se perceber bem a filosofia, o saber, os conhecimentos de quem estudava há muito essas áreas. -----

----- Dizia também o PEV para estimular o Conselho Municipal, mas ele não precisava de muito estímulo porque vinha trabalhando. Era algo que vinha preocupando a Câmara e as comunidades imigrantes, de tal forma que pela primeira vez se solicitara ao Conselho Municipal Para a Interculturalidade e Cidadania que apresentasse propostas para serem aprovadas em conselho e poderem ser plasmadas no Plano de Actividades do Departamento de Acção Social, com a componente financeira para se implementarem os projectos que fossem propostos e aceites em plenário. -----

----- Esperava ver todos no dia 16, a partir das 14 horas, no espaço que a Câmara estava a desenvolver, com um seminário, *workshops*, com o protagonismo do Conselho Municipal Para a Interculturalidade e Cidadania. Só com a participação de todos se podia conseguir bons resultados. -----

----- A pobreza não era só para as comunidades imigrantes, era para os portugueses que estavam cá e nesse sentido a Câmara já dissera o que estava a fazer, não para abolir a pobreza, como alguns diziam. Seria demagógico e irresponsável dizer que apenas com a Câmara de Lisboa se ia abolir a pobreza. Se assim fosse não haveria pobreza, mas não era assim, era trabalhando em conjunto. -----

----- Havia vários tipos de pobreza e era de forma integrada, com as instituições, que se estava a conseguir dar um pequeno passo e cada uma das pessoas que se tirava da rua era ganhar uma batalha, porque a guerra continuava. A grande revolução era conseguir tirar todos os que desejassem sair da rua, mas de cada vez que conseguia

com as equipas tirar uma pessoa sem-abrigo da rua, nessa noite dormia melhor porque ganhara uma batalha. -----

----- Quem trabalhava no social não esperava resultados astronómicos, era no dia-a-dia uma pequena formiga que ia trabalhando e conseguindo assim retirar do fim da linha da pobreza, as pessoas sem-abrigo. -----

----- Dissera aqui uma senhora que se tinha atribuído uma casa a uma família que tinha o Rendimento Social de Inserção e que pagava 3 euros. Isso era verdade, fora atribuída a pessoas que estavam no fim da linha da pobreza, porque tinham o Rendimento Social de Inserção e 3 euros já era um grande esforço que faziam para poderem pagar a renda à Câmara. Só não pagavam nada porque não podia deixar de atribuir o mínimo, que eram 3 euros. -----

----- Sobre o Mercado de Arroios, desde que tinha os mercados já chamara a empresa de limpeza, a quem responsabilizara pela não limpeza como devia de ser e comunicara-lhe que se não limpassem podia ser retirado o contrato. -----

----- Para 2010 estava prevista a requalificação, com um dispêndio de 150 mil euros, mas só podia deixar à Câmara para o mandato seguinte, porque neste mandato não havia total de verbas para todos os mercados municipais. Investira-se noutros, havia que priorizar. -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Brito**, no uso da palavra, disse que se ia pronunciar brevemente sobre a Recomendação nº 1, do PSD, relativa à gripe A e não propriamente a gripe H1N1. -----

----- Ao contrário do que o Senhor Deputado Municipal Saldanha Serra referira, a Câmara Municipal de Lisboa não tinha acordado ontem para esse problema, tinha começado a trabalhar havia um mês. -----

----- Tinha havido contactos com a Senhora Ministra da Saúde e podia dizer que a estratégia tinha sido em primeiro lugar, dada a delicadeza do tema, abordar o assunto de forma discreta e com rigor. Havia que combater o alarme. -----

----- Aliás, os dados oficiais, que acabara de ver, eram de 96 casos, mas isso era um somatório, o que significava que neste momento haveria 4 ou 5 casos activos. Tratava-se do conjunto de casos que ocorreram até esta data, desde que o vírus fora identificado. -----

----- O tratamento deste assunto implicava discrição, método, disciplina, saber quem comandava o quê, quando e como. -----

----- No dia 26 de Junho tinha havido uma reunião, enquanto responsável da Protecção Civil e a Senhora Vereadora Ana Sara Brito como responsável pela Acção Social, com todos os principais dirigentes do município, dos Serviços Sociais, com cujo conselho de administração tivera uma reunião prévia, e com o Senhor Director-Geral de Saúde, em que se acertaram os procedimentos. -----

----- Tinha ficado definido que era a Protecção Civil Municipal que comandaria todo esse processo de elaboração de um plano de contingência. -----

----- No dia 2 de Julho, o Senhor Presidente António Costa tinha assinado um despacho, que podia ter sido um despacho conjunto mas entendera-se que teria mais força se fosse o Senhor Presidente a assinar esse despacho, delegando na Protecção

Civil toda a responsabilidade pela elaboração de um plano de contingência, face a esta gripe, e as acções que deviam ser complementadas. -----

----- Eram acções de dois tipos. Em primeiro lugar tratar do problema interno da Câmara e das empresas municipais. Depois havia um problema que tinha que ser tratado imediatamente e já estava no plano de contingência, que era tratar dos lisboetas que eventualmente estivessem doentes e tivessem dificuldades nos cuidados de saúde ou na alimentação. -----

----- Esse plano tinha a Protecção Civil e a Vereadora Ana Sara Brito estava a cuidar dos aspectos em tudo semelhantes àquilo que ocorrera na vaga de frio e que fora, aliás, uma excelente experiência do ponto de vista operacional para este processo. -----

----- Em suma, no dia 2 de Julho o Senhor Presidente assinava um despacho quanto a essa matéria. -----

----- Com todo o respeito, uma vez que se tratava de uma recomendação, fazia uma recomendação aos Senhores Deputados Municipais do PSD para que conversassem com os Senhores Vereadores do PSD. Se assim acontecesse, saberiam que tinha apresentado em reunião de Câmara da passada semana, com a Senhora Vereadora Ana Sara, a estrutura e a calendarização de todo o plano de contingência. Assim evitariam a elaboração de uma recomendação para uma matéria que já estava praticamente concluída. -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, no uso da palavra, disse que era para falar do Jardim Constantino e aproveitava para referir a Praça José Fontana e o Largo Cesário Verde. -----

----- Eram três jardins que estavam em muito mau estado e a programação que se fizera tinha sido para intervenções muito exigentes em qualquer dos jardins, de forma a que, muito brevemente, estivessem em boas condições de usufruto por toda a população. -----

----- O Cesário Verde estava neste momento em obra. Na Praça José Fontana e no Jardim Constantino estava em preparação a colocação de esplanadas. Para evitar uma prática pouco aconselhável de sobrepor obras a cada uma das intervenções, era fundamental primeiro colocar as bases das futuras esplanadas e depois resolver a parte florestal e dos pavimentos. Durante Agosto e Setembro esperava que isso fosse tratado, a limpeza dos *graffitis*, a limpeza do coreto da José Fontana, a limpeza da estrutura já existente no Jardim Constantino. -----

----- Ao mesmo tempo o acompanhamento da parte social, combinado com a Vereadora Ana Sara Brito, por causa dos sem-abrigo. -----

----- Era isso que estava programado e estava-se a seguir à risca o que fora programado. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** disse que, em relação à situação da gripe H1N1, era com satisfação que ouvira aqui a intervenção do Senhor Vereador Manuel Brito. Aliás, não tinha que levar isso para nenhuma guerra político-partidária, porque não era essa de certeza a intenção do PSD, mas teria que concordar que havendo essa preparação tão para trás, já teria sido tempo, sem alarmismos mas para efeitos de informação ao órgão Assembleia Municipal, que a Câmara pudesse ter dado

já alguma indicação sobre o que se estava a passar e não apenas ter actuado em função desta recomendação. -----

----- O fundamental aqui era que estavam todos sintonizados: primeiro, evitar alarmismos; segundo, prevenir. -----

----- Gostaria muito, e era também esse o sentido da recomendação, que a Câmara neste processo não descurasse em nenhum momento o apoio fundamental que as juntas de freguesia podiam dar nessa matéria. -----

----- Sem esforçar muito a memória, vantagens de Lisboa com o PSD no Governo, o Casino de Lisboa, que vinha alimentando financeiramente várias acções deste Executivo Municipal, que tanto o verberara. Inclusivamente, tinha financiado parte do orçamento participativo; -----

----- A Autoridade Metropolitana de Transportes, que o PS metera na gaveta, quando estava criada e a funcionar a comissão instaladora; -----

----- O Túnel do Marquês. -----

----- Aquilo que neste mandato, desde 1 de Agosto de 2007, a cidade tinha podido esperar do PSD aqui, sem espírito exaustivo: a aprovação dos orçamentos para que a Câmara pudesse trabalhar; aprovação do MUDE e de uma série de intervenções na Baixa; o Plano Verde; o não aumento do IMI sobre os lisboetas; a Carta Educativa; o pagamento de dívidas a credores; a reabilitação da zona ocidental da cidade; a aprovação de várias regulamentações de diversa natureza que a Câmara aqui apresentara; a aprovação da Comissão das Boas Práticas. -----

----- Eram matérias de que a cidade muito beneficiara, da postura positiva de defesa dos interesses da cidade que o PSD aqui vinha tendo. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** disse que tinha que registar este contínuo pretensiosismo do PSD, de entender que a Câmara agira a reboque do PSD em matéria do plano de contenção do vírus da gripe. Era de facto qualquer coisa de extraordinário. -----

----- Não podia deixar passar em claro que o Deputado Municipal Saldanha Serra decidira reagir à sua intervenção, nomeadamente quanto às vantagens do PSD no Governo em relação à Cidade de Lisboa, em que falhava completamente ao lado. Falava do túnel, mas afinal o túnel tinha sido feito pelo Governo do PSD? Parecia-lhe que o trunfo que pretensamente queriam apresentar era o túnel, mas já nem se sabia quem tinha feito o túnel. O Eng.º Carmona Rodrigues dizia que tinha sido ele, agora o Dr. Santana Lopes dizia que era ele. Havia aí um problema de paternidade nessa matéria, mas o Governo não fora com certeza. -----

----- O que era extraordinário era que o PSD tinha um discurso em matéria de cidade que era vetar para Lisboa coisas que aprovava noutros lados. Por exemplo, tinham impedido que em Lisboa se promovesse energia eólica, mas em Cascais, onde estavam no poder, aprovavam a energia eólica. -----

----- O mesmo se passava com a reabilitação urbana. Apregoavam que era preciso favorecer as pequenas e médias empresas nessa matéria, aqui chumbavam o plano de reabilitação mas a Dra. Ferreira Leite reunia com eles, que deviam ser ajudados porque eram o motor da economia. Maior cinismo que esse era de facto impossível. ---

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** disse que a Cidade de Lisboa não devia ficar preocupada porque a gripe H1N1 não era motivo de luta político-partidária nesta casa ou fosse onde fosse, por parte do PSD. -----

----- Em segundo lugar, dizer que aquilo que fora atacado em matéria de energia eólica era a dispersão pela Cidade de Lisboa de torres numa campanha publicitária, que isso sim, fora verberado aqui nesta casa e que o PSD não caucionara. -----

----- O apoio às pequenas e médias empresas, que o Deputado Municipal Miguel Coelho se juntasse ao PSD para se alterar a revisão orçamental que vinha proposta, no sentido dos milhões que iam para a SIMTEJO, para a VALORSUL, para as horas extraordinárias, para as comunicações da Câmara, fossem colocados na actividade económica da cidade. -----

----- A moção nº 9, onde se mantivera apenas o último ponto porque os outros dois já estavam suficientemente debatidos, seria exemplar quando fosse cumprida. Era ser anunciado aqui, perante Lisboa e os lisboetas, a quantidade de recomendações que da direita à esquerda foram apresentadas a favor da cidade e que a Câmara olímpicamente vinha ignorando, desrespeitando esta Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** disse que gostaria rapidamente de esclarecer a Senhora Vereadora Ana Sara Brito que em parágrafo algum da recomendação sobre o Jardim Constantino “Os Verdes” se referiam ou aludiam a qualquer tipo de recolha das pessoas sem-abrigo, mas sim que a Câmara promovesse no local acções de apoio e acompanhamento dos sem-abrigo. O plano já existia e o que “Os Verdes” recordavam era a necessidade de ser posto imediatamente em prática. -----

----- Quanto à intervenção do Senhor Vereador dos espaços verdes, acabara de realçar que as obras no jardim tinham em vista a construção de esplanadas. Era exactamente essa prioridade do Executivo que “Os Verdes” punham em causa, dizendo explicitamente na intervenção. O mais curioso era que essas obras não se destinavam a recuperar o parque infantil, nem o lago, ou os espaços verdes. O Executivo considerava que seria mais prioritária a concessão desse equipamento, porque era o que lhe traria dinheiro. -----

----- **A Senhora Presidente**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Nota:** As alterações que foram sendo anunciadas pela Sra. Presidente antes da votação de cada documento, assim como aquelas que foram sugeridas ao longo do debate e aceites pelos proponentes, encontram-se já inseridas nos respectivos textos, integralmente transcritos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia. ---

----- Aprovar, por unanimidade, o **Voto de Protesto n.º 1**, apresentado pelo PSD. -----

----- Aprovar, por maioria a **Moção n.º 1**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, votos contra do PS, e a abstenção do PCP, BE e PEV. -

----- Na **Moção n.º 2**, apresentada pelo PSD, o ponto 1 foi votado isoladamente, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP e CDS-PP, votos contra do PS e a abstenção do BE e PEV. -----

----- Pontos 2, 3 e 4 – Aprovados, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE e CDS-PP, votos contra do PS, e a abstenção do PEV. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 3**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 4**, apresentada pelo PCP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 5**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 6**, apresentada pelo PCP, com votos contra do PSD, votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- A **Moção n.º 7**, apresentada pelo BE, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV e da Sra. Presidente, e a abstenção do PSD. -----

----- Ponto 2 – Rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD e PS, votos favoráveis PCP, BE, PEV e da Sra. Presidente, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- Ponto 3 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV e da Sra. Presidente, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Ponto 4 – Rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD, PS e CDS-PP, e votos favoráveis PCP, BE e PEV. -----

----- Ponto 5 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV e da Sra. Presidente e um outro Deputado Municipal do PSD, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Ponto 6 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PCP, BE, PEV e da Sra. Presidente, e a abstenção do PSD, PS e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 8**, apresentada pelo BE, com votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV e da Sra. Presidente e um outro Deputado Municipal do PSD, um voto contra de um Deputado Municipal do PSD, e a abstenção do PSD e CDS-PP.-

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 9**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Terminada a votação das moções, iniciou-se o processo de votação das recomendações, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 1**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 2**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 3**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- A **Recomendação n.º 4**, apresentada pelo PCP, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, CDS-PP, e PEV, e a abstenção do BE. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 5**, apresentada pelo PCP. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Recomendação n.º 6**, apresentada pelo BE, com votos contra do PSD e CDS-PP, votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 7**, apresentada pelo PEV, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 8**, apresentada pelo PEV, com votos favoráveis do PCP, BE, PEV e da Sra. Presidente, e a abstenção do PSD, PS e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 9**, apresentada pelo PEV, com votos favoráveis do PCP, BE, PEV, e a abstenção do PSD, PS e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 10**, apresentada pelo BE, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O PSD votou contra a proposta do golpe militar nas Honduras por uma razão muito simples: política. A política externa é do Estado e é ao nível dos órgãos de soberania do Estado que a política externa é definida. -----

----- Os órgãos de soberania do Estado Português, através do Governo Português e do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, já definiram uma posição muito clara em relação a este golpe de estado, condenando este mesmo golpe de estado. -----

----- Não pode o PSD, nem quer, impedir a liberdade de apresentação de moções nesta Assembleia Municipal, ainda que elas entrem em áreas que não estão municipalizadas e não é crível que venham a estar tão cedo. -----

----- Nessa medida, nós não nos revemos na Assembleia Municipal estar a pronunciar-se sobre temas extremamente importantes, extremamente relevantes, extremamente sensíveis, mas que decorrem, relevam e devem ser tratados no seu sítio próprio, que é na política externa do Estado e nos órgãos de soberania que a interpretam.” -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Para justificar a nossa posição de voto relativamente a algumas das moções que aqui foram apresentadas, nomeadamente aquelas que têm a ver com a questão da segurança. -----

----- Nós consideramos que o prestígio das forças de segurança só se fará se o seguimento e a monitorização da sua acção for o mais transparente possível para a sociedade portuguesa. A instituição de um observatório contra a violência policial é uma peça essencial dessa transparência que nós defendemos. -----

----- Achamos que qualquer política de segurança deve ser encarada no seu conjunto, nas suas múltiplas vertentes, e não apenas nesta ou naquela vertente. Estando de acordo com o facto de que é necessário melhorar as condições de trabalho e que é necessário garantir a segurança das forças de segurança e os seus direitos, pensamos no entanto que isso é pouco para uma nova política de segurança em Portugal. -----

----- Da mesma maneira, achamos que é bastante limitada a visão securitária, infelizmente cada vez mais divulgada, do problema da segurança nos locais públicos da Cidade de Lisboa. De novo, o problema não se resolve com o reforço da polícia,



que por acaso até já existe todos os dias no Jardim de Santa Catarina, mas resolve-se com outras medidas de requalificação urbana e de usufruto da cidade por parte dos órgãos municipais que têm essa responsabilidade. -----

----- Por último, quero também dizer que quando o BE apresentou uma moção sobre o golpe militar nas Honduras era no pressuposto que esse acontecimento era suficientemente relevante para exigir por parte daqueles que defendem o voto e a democracia o seu pronunciamento explícito. -----

----- Estranhámos que o PSD venha agora evocar o facto desta Assembleia se pronunciar sobre matérias que não têm directamente a ver com o seu objecto de intervenção, quando nos lembramos, por exemplo, que o PSD aprovou aqui, e bem, uma moção a condenar os acontecimentos do 11 de Setembro nos Estados Unidos da América.” -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Eleição de um representante da Assembleia Municipal de Lisboa para integrar o Conselho da Comunidade, ACES Grande Lisboa III – Lisboa Central;**-----

----- **Ponto 2 – Proposta nº 396/2009;**-----

----- **Ponto 3 – Proposta nº 502/2009;**-----

----- **Ponto 4 – Proposta nº 533/2009;**-----

----- **Ponto 5 – Proposta nº 534/2009;**-----

----- **Ponto 6 – Proposta nº 535/2009;**-----

----- **Ponto 7 – Proposta nº 537/2009;**-----

----- **Ponto 8 – Proposta nº 538/2009;**-----

----- **Ponto 9 – Proposta nº 539/2009;**-----

----- **Ponto 10 – Proposta nº 570/2009;**-----

----- **Ponto 11 – Proposta nº 576/2009;**-----

----- **Ponto 12 – Proposta nº 582/2009;**-----

----- Foi distribuído um aditamento com o seguinte ponto: -----

----- **Ponto 13 – Proposta nº 568/2009;**-----

----- Foi distribuído um 2º aditamento com mais os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 14 – Proposta nº 153/2009;**-----

----- **Ponto 15 – Proposta nº 154/2009;**-----

----- Foi distribuído um 3º aditamento com o seguinte ponto: -----

----- **Ponto 16 – Proposta nº 567/2009.**-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – ELEIÇÃO DE 1 REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE, ACES GRANDE LISBOA III-LISBOA CENTRAL, DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ART.º 31º DO DECRETO-LEI N.º 28/2008, DE 22 DE FEVEREIRO.**-----

----- **Candidato proposto:** Deputado Municipal Afonso Costa, do PSD, segundo o método de *hondt*. -----

----- **A Senhora Presidente** solicitou às Sras. Deputadas Municipais Rosa Carvalho da Silva, do PSD, Luísa Vicente Mendes, do PS, e Ana Páscoa Baptista, do PCP que se dirigissem à mesa do escrutínio. -----

----- Depois, disse que, como era habitual, iam-se discutindo as propostas e os Srs. Deputados Municipais, aglomerando o menos possível, iriam votando. -----

----- Referiu que o ponto 2 já tinha sido discutido e aprovado na reunião passada. -----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA Nº 502/2009 – APROVAR A ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO COMO PROCEDIMENTO DESTINADO À CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE “SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS VERDES DA AVENIDA DA LIBERDADE”, E RESPECTIVO PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS, BEM COMO DESIGNAR O JÚRI E DELEGAR NO MESMO A COMPETÊNCIA PARA A AUDIÊNCIA PRÉVIA E A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTº 22, DO DECRETO-LEI Nº 197/99 DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA R) DO Nº 1 DO ARTº 53º DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 502/2009 -----

----- “Considerando que é necessário o “Fornecimento de Serviços de Manutenção e Conservação das Áreas Verdes da Avenida da Liberdade” -----

----- Considerando que o prazo de execução do fornecimento com início previsto em 1 de Fevereiro de 2010 é de doze meses, prorrogável por mais três períodos iguais nas mesmas condições até ao limite máximo de quatro anos; -----

----- Considerando que o valor base estimado para a totalidade do fornecimento é de €1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor na rubrica orçamental 09.01.02.02.25.02 no âmbito da acção “Gestão dos Espaços Verdes”, código 03/04/A102/01 do Plano de Actividades. -----

----- Considerando que, nos termos do art. 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e do art. 13º, n.º 4.2 do Regulamento do Orçamento para o ano de 2009, é necessária autorização da Assembleia Municipal para a abertura de procedimentos relativos a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico. -----

----- Considerando que tal despesa implica o lançamento de Concurso Público para o referido fornecimento, nos termos no disposto na alínea b) n.º 1 do art. 16º, do CCP e o Regulamento (CEE) n.º 3696/93 do Conselho de 29 de Outubro. -----

----- Considerando que, nos termos do n.º 1 do art. 67º do Decreto-Lei n.º 18/08, de 29 de Janeiro, é necessário proceder à nomeação do Júri, a quem compete a realização de todas as operações do concurso. -----

----- O Vereador José Sá Fernandes tem a honra de propor, ao abrigo do art. 64º, n.º 7, alínea d) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara Municipal de Lisboa delibere: -----

----- I. Submeter à Assembleia Municipal para autorização, nos termos dos arts. 18º e 22º, n.ºs 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o art. 12º, n.º 4.2 do Regulamento de Orçamento em vigor, o seguinte: -----

----- A abertura do Concurso Público como procedimento destinado à contratação do Fornecimento de Serviços de Manutenção e Conservação das Áreas Verdes da Avenida da Liberdade.”, Com fundamento no disposto na alínea b) n.º 1 do art. 16º, e o Regulamento (CEE) n.º 3696/93 do Conselho de 29 de Outubro, pelo valor global de €1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor de 20% no valor de €240.000,00 (duzentos e quarenta mil euros), totalizando €1.440.000,00 (um milhão quatrocentos e quarenta euros), a processar pela rubrica orçamental 09.01/02.02.25.02, no âmbito da acção “ Gestão dos Espaços Verdes”, código 03/04/A102/01 do Plano de Actividades, conforme abaixo se indica: -----

----- 2009 - €0,00 -----

----- 2010 - € 250.000,00, a que acresce o IVA, no montante de € 50.000,00, totalizando €300.000,00. -----

----- 2011 - € 300.000,00, a que acresce o IVA, no montante de € 60.000,00, totalizando €360.000,00. -----

----- 2012 - € 300.000,00, a que acresce o IVA, no montante de € 60.000,00, totalizando €360.000,00. -----

----- 2013 - € 300.000,00, a que acresce o IVA, no montante de € 60.000,00, totalizando €360.000,00. -----

----- 2014 - € 50.000,00, a que acresce o IVA, no montante de € 10.000,00, totalizando €60.000,00. -----

----- Nos termos do Programa de Concurso e do Caderno de Encargos, constantes em anexo à Presente Proposta, como peças do procedimento concursal. -----

----- II. Designar, nos termos estipulados no n.º 1 art. 67º do CCP, o Júri do Concurso, a quem competirá a condução de todas as operações do concurso, com a seguinte constituição: -----

----- Presidente: Sofia Pereira Reis R. Pires B. Antunes – Técnica Superior (Arquiteta) -----

----- 1º Vogal Efectivo: Um elemento da Divisão de Aprovisionamento -----

----- 2º Vogal Efectivo: Elisabete Maria Ferreira Nunes – Técnica Superior -----

----- 1º Vogal Suplente: Um elemento da Divisão de Aprovisionamento -----

----- 2º Vogal Suplente: Maria José Cabrita Silva – Técnica Superior (Eng.<sup>a</sup> Agrónoma) -----

----- Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1º Vogal Efectivo. -----

----- III. Delegar, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 69º do CCP, no Júri do Concurso, competência para a realização da audiência prévia dos concorrentes.” -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** disse que era mais uma proposta em que a Câmara não tomava a iniciativa de vir aqui defender e esta necessitava claramente de uma apresentação por parte do Município de Lisboa. Como não existia, o PSD não a iria viabilizar. -----

----- O início do fornecimento previsto para este concurso, que agora era suposto ser autorizado, era o dia 1 de Fevereiro de 2010, ou seja, quando o novo Executivo Municipal estivesse em plenas funções. -----

----- Não parecia razoável, até pela discussão que na reunião passada propostas semelhantes a esta aqui tiveram, nomeadamente de saber até que ponto é que as Juntas de Freguesia não teriam disponibilidade, capacidade e maior qualidade para prestarem este tipo de serviço. -----

----- O PSD entendia que não devia viabilizar este concurso público para a prestação de um serviço cujo início era o dia 1 de Fevereiro de 2010, quando o novo Executivo Municipal já estaria em funções havia muito tempo. O próximo Executivo Municipal olharia para esta matéria com estes ou com outros olhos, desejava que com outros olhos, nomeadamente com olhos que envolvessem as Juntas de Freguesia neste processo de conservação e manutenção de áreas verdes. -----

----- Era este o sentido de voto do PSD e a sua fundamentação. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Nascimento (BE)** disse que entendera o Sr. Vereador Sá Fernandes, na última sessão da Assembleia Municipal, criticar a posição por si assumida em nome do BE relativamente à contratação de serviços externos para a manutenção e conservação dos espaços verdes exteriores às escolas básicas e jardins de infância. Uma vez que a resposta política a essa posição já tinha sido dada pelo líder da bancada do BE, ater-se-ia unicamente ao conteúdo da sua posição. -----

----- A audição de um texto era sempre diferente da sua leitura e, nesse sentido, compreendia que o Sr. Vereador Sá Fernandes não tivesse percebido o que tinha dito. A crítica que fizera à concessão a privados de serviços que podiam ser executados por entidades públicas era genérica e traduzia a sua experiência de mais de 30 anos na Função Pública, a ver governos a contratarem externamente tarefas de consultoria e serviços que podiam ser executadas com êxito pelos seus funcionários, ficando estes na prateleira, ou muitas vezes servindo de consultores benévolos a quem se consultava. -----

----- Por isso entendera o BE discordar genericamente da atribuição exterior de mais um serviço. -----

----- Realçara-se também o papel que as Juntas de Freguesia podiam desempenhar na colaboração dessa manutenção, podendo até serem agregadas, de modo a criar agrupamentos que pudessem com êxito e descentralizadamente executar essa tarefa. --

----- Por outro lado, parecia-lhe um aspecto importante, quer na proposta da semana anterior, quer nesta, em nenhum parágrafo se indicava que a razão dessa contratação externa era a falta de pessoal. Parecia-lhe que logo no início da mesma se devia afirmar que era motivada pela falta de trabalhadores especializados, jardineiros, e que por esse motivo eram contratados serviços externos. Mais, devia-se dizer que esta

contratação era provisória, tendo em atenção que se iria fazer um esforço para formar pessoal capaz de executar essas tarefas. -----

----- Ora, nada disso era dito e vinha o Sr. Vereador Sá Fernandes afirmá-lo unicamente na defesa da sua proposta, mas não incluía essa justificação na mesma. --

----- Referindo especificamente à proposta em discussão, disse que a mesma tinha um período de vigência por seis anos, apesar do contrato ser de um prorrogável por mais cinco. Apesar dessa limitação, não se percebia porque era que havendo a preocupação de formar pessoal especializado se atribuía uma concessão por um período tão longo. -

----- Não estivesse o Sr. Vereador tão preocupado com o sentido do BE, porque neste caso, como noutros, só reafirmava a sua posição de princípio. -----

----- Em relação ao que se passara na proposta da semana passada, apesar do grande “fogaréu” que a direita tinha feito à volta da proposta, dando a sensação que iria votar contra, deixara-a passar com a abstenção, preparando o caminho para, se alguma vez fosse poder e vier a presidir aos destinos desta Câmara, o que esperava que não sucedesse, pudesse desde logo usufruir das concessões externas que esta Vereação aprovara. -----

----- Por tudo isso, o BE votaria contra esta proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** disse que era espantoso este anúncio por parte do PSD de chumbar e de bloquear a possibilidade de se manterem as áreas verdes da Av. da Liberdade. -----

----- Ao anunciar este voto contra, o PSD estava a dizer claramente que até às eleições a Cidade de Lisboa podia degradar-se aquilo que o PSD entendesse que era preciso para ter hipóteses de conseguir um resultado eleitoral razoável. Este PSD chumbava tudo, desde que entendesse que podia ser prejudicado eleitoralmente. -----

----- O que lamentava era que se pusesse em causa a recuperação de espaços verdes, neste caso concreto a Av. da Liberdade, mediante o lançamento de um concurso público, que era exactamente a mesma coisa que se fazia quando o PSD estava no poder. Esta zona não era mantida e recuperada por jardineiros da Câmara, era também por este sistema. -----

----- O PSD vinha aqui dizer que até às eleições não passava nada. De facto, era o partido que rasgava tudo, mesmo que isso prejudicasse as pessoas. Era espantoso como diziam que eram amigos da cidade e que pretendiam melhorar a cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho, na ânsia de reproduzir a cassete, de facto não lia as propostas e punha o *Play* quando a faixa não era aquela. -----

----- A prova de que o PSD não rasgava nada, não bloqueava nada na cidade, era que ainda oito dias antes tinha viabilizado propostas destas. Até tinha alertado, a propósito de uma sugestão do Deputado Municipal Paulo Quaresma, para a armadilha que as juntas podiam colocar. O PSD tinha viabilizado essa recuperação de espaços verdes. --

----- O que o PSD não viabilizava neste momento, e com a possibilidade de colocar noutro contexto, com outro Executivo Municipal, as Juntas de Freguesia neste processo, o que não viabilizava era aprovar agora uma proposta para ter efeitos a 1 de Fevereiro de 2010. O próximo Executivo teria tempo para decidir se queria fazer essa

manutenção a partir de 1 de Fevereiro de 2010, porque até lá estava garantida pelo contrato actual. -----

----- O próximo Executivo diria se queria o concurso público, se queria gerir isso com as Juntas de Freguesia, se queria gerir de outra maneira qualquer. -----

----- Por essa razão o PSD votava contra esta proposta concreta, que era para ter apenas efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2010. Se tivesse efeitos hoje, tal como o PSD viabilizara na semana passada, viabilizaria esta proposta. -----

----- O Deputado Municipal Miguel Coelho que pusesse as faixas de música que queria tocar de acordo com as partituras que estavam em causa e não com aquilo que julgava estar em causa, a passar a sua cassete do bloqueio. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** lembrou o que tinha dito, que se o Deputado Municipal Saldanha Serra fosse alfaiate não lhe mandava fazer fato nenhum. Agora dizia que se desse um concerto não ia assistir, porque não registava o tom de nota correcto. -----

----- Era levado a concluir, depois desta sua intervenção, que o PSD chumbava porque era na Av. da Liberdade, que era uma zona simbólica da Cidade de Lisboa e importava ter aí o espaço público degradado. -----

----- Este concurso até era mais barato 100 mil euros do que era no tempo do PSD, quando fizeram a mesma concessão. -----

----- Não se percebia como era que o PSD, sobre uma coisa que era da natureza, que era biológica, era de manter um jardim, achava que devia chumbar este e aprovar os outros. De facto, era por ser na Av. da Liberdade. -----

----- Nem na alfaiataria, nem na música, o Deputado Municipal Saldanha Serra conseguia hoje acertar uma nota só. -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** disse que queria prestar alguns esclarecimentos que podiam ser úteis e que eventualmente ainda poderiam viabilizar a proposta. -----

----- Se o concurso fosse adiado, pelo chumbo, ele só poderia ser lançado em Outubro. Mesmo que fosse com carácter de urgência, a provável adjudicação desse concurso aconteceria em Maio/Junho de 2010, o que significava ficar uma série de meses sem qualquer manutenção. -----

----- Era bom que as pessoas tivessem essa reflexão, até porque o lançamento deste concurso agora não prejudicava em nada que, quem ganhasse a Câmara, se quisesse anular o concurso, podia anular e tomar outra opção. O que tinha era um concurso já lançado, análise de propostas entretanto verificadas e, portanto, ganhava-se tempo, quer em termos do próprio concurso, mas também para ter uma ferramenta de actuação na Av. da Liberdade, que era uma zona muito sensível. -----

----- Fazia ainda outra reflexão. Este concurso, ao contrário do anterior, tinha uma vantagem, que o valor era cerca de 100 mil euros inferior ao concurso que estava em vigor. Quanto mais depressa se resolvesse este assunto, também existia aqui alguma poupança de dinheiro. -----

----- Ele não ia ter repercussões agora, mas ia ter a seguir para quem governasse a cidade. -----

----- Fazia esse apelo porque era uma questão racional, até em relação aos próprios meios financeiros. -----

----- Em relação aos jardineiros, o Deputado Municipal do BE tinha percebido que a Câmara não tinha meios para assegurar uma série de espaços verdes. Depois não entendera bem uma série de questões que foram referidas, mas queria dar uma notícia que lhe parecia interessante: ao longo destes últimos meses tinha já requisitado novos jardineiros através de um programa de solidariedade. Ainda hoje ou amanhã entrariam mais 50 jardineiros, que esperava que fossem aqueles que depois ficavam para o futuro. Passo a passo estava-se a reforçar a equipa de jardineiros. Não sabia se, ao abrigo dessa Lei, depois eles poderiam ficar na Câmara ou não, mas para já a Câmara estava a formá-los, com trabalho imediato em alguns espaços degradados da cidade. --

----- Também fazia esse reparo ao PCP, que muito tinha ali alertado para essa necessidade. Era um exemplo de que se estava a seguir esse caminho. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** disse que tinha sido colocada uma questão directa e o PSD não gostava de deixar as questões por responder, embora tivesse gostado que esta intervenção fosse na abertura e na apresentação. -----

----- O PSD percebia o argumento do Sr. Vereador, mas não o subscrevia. Se a vontade da Câmara era acelerar e ter um processo concluído num determinado momento, então um Executivo que viesse a seguir e não se revisse nesta fórmula de tratar este espaço, porventura não teria condições limpas, no sentido de sem encargos acrescidos, de alterar aquilo que fosse a consequência e a sequência deste procedimento concursal. -----

----- Havia figuras, como a figura do concurso público urgente, que permitiam acelerar alguns procedimentos. Porventura poderia ser o caso a seguir pelo próximo Executivo municipal. Eram cerca de cinco meses que mediavam entre a posse e o dia 1 de Fevereiro. -----

----- O PSD ia manter a sua posição. -----

----- **A Senhora Presidente**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a proposta nº 502/2009, tendo a Assembleia deliberado rejeitá-la, por maioria, com votos contra de PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV e votos a favor de PS. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, referindo-se à proposta 533/2009, disse que voltava a apelar à Câmara se queria que as propostas fossem discutidas e aprovadas, ou que fossem adiadas, à espera que a Câmara se dignasse apresentar as propostas que aqui trazia. Era o mínimo. -----

----- Se queria que alguém aderisse ao seu projecto, tinha que fazer um esforço nesse sentido e não sentar-se à espera, como se fosse uma obrigação alguém aderir ao seu projecto. -----

----- Tinha sido assim na proposta anterior, em que até poderia ter havido alguns esclarecimentos atempados do Sr. Vereador e não a pedido, e agora estava uma proposta que também justificava algumas perguntas. -----

----- Por que razão nesta prorrogação de contratos com a Sharon, com a Securitas e com a Prestibel não se prorrogava a prestação de serviços de segurança e vigilância

nos edifícios da Rua Alexandre Herculano nº 25, da Rua Cidade de Cádiz – Estrada da Luz e do edifício na Rua Américo de Jesus Fernandes, lote H, loja 1, nos Olivais? -----  
----- Gostaria de saber porque é que todo o contrato era prorrogado, á excepção desses edifícios municipais. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que o Executivo solicitara ao Plenário da Assembleia que consentisse no adiamento das propostas 533/2009 e 534/2009 para a continuação desta sessão, atendendo à ausência do Sr. Vereador por motivos ponderosos. -----

----- Verificando não existir nenhum sinal contra, disse que as propostas 533/2009 e 534/2009 ficavam adiadas. -----

----- Informou ainda que a proposta 535/2009 baixava à Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura, na sequência de uma deliberação da Conferência de Representantes. -----

----- **PONTO 7 - PROPOSTA Nº 537/2009 - APROVAR A AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE LISBOA DAR DE ARRENDAMENTO À POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA O PRÉDIO MUNICIPAL SITO NA AVENIDA MARIA HELENA VIEIRA DA SILVA, N.º 48 - 48 A, EM LISBOA, BEM COMO APROVAR A MINUTA DO CONTRATO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº 1 E NA ALÍNEA I) DO Nº 2, AMBOS DO ART.º 53.º DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 537/2009 -----

----- Celebração de contrato de arrendamento correspondente as instalações de uma unidade da Polícia de Segurança Pública, na Avenida Maria Helena Vieira da Silva, n.º 48 – 48 A, em Lisboa. -----

----- Pelouro: Vereador José Cardoso da Silva -----

----- Serviços: DPI/DAPI -----

----- “Considerando que: -----

----- O Município de Lisboa é o legítimo possuidor e proprietário do prédio municipal sito na Avenida Maria Helena Vieira da Silva, n.º 48-48 A, em Lisboa, descrito na 7.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa, sob o número 197 da freguesia do Lumiar e omissa na matriz, que deliberou ceder a Polícia de Segurança Pública, por Protocolo nos termos da Deliberação N.º 398/CM/2007, de 31/10/2007. -----

----- O Protocolo de cedência supra mencionado nunca chegou a ser assinado pelas partes. -----

----- Sendo a questão da segurança, hoje em dia, uma das questões centrais da nossa sociedade, constitui interesse municipal dar de arrendamento o edifício supra à PSP para garantir a ordem pública na convivência dos munícipes, fomentando assim o sentimento de segurança. -----

----- O prédio reúne as necessárias condições para o fim pretendido e há disponibilidade de ambas as partes para proceder ao arrendamento não habitacional daquele prédio em causa. -----



----- O valor mensal da renda a pagar pela PSP é de €14.000 (catorze mil euros). A PSP obriga-se na data da assinatura do contrato, a proceder ao pagamento das rendas vencidas desde a data da ocupação até à data da outorga. -----

----- A renda mensal será sujeita a actualizações anuais de acordo com os coeficientes de actualização para arrendamento não habitacionais. -----

----- O contrato é passível de renovações sucessíveis por períodos de três anos até uma das partes não ter mais interesse no arrendado. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do artigo 64.º, n.º 6, alínea a), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este Órgão Deliberativo, ao abrigo do disposto no artigo 53.º, n.º 1 alínea c) e n.º 2, alínea i), do mesmo diploma: -----

----- A autorização para o Município de Lisboa dar de arrendamento à PSP, o prédio municipal sito na Avenida Maria Helena Vieira da Silva, n.º 48 – 48.A, em Lisboa, descrito na 7.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa, sob o número 197 da freguesia do Lumiar e omissa na matriz, com início em 1/02/2008 e fim em 31/01/2013, renovável sucessivamente por períodos de um ano até o Município de Lisboa não ter mais interesse no mesmo, por 14.000,00 euros (catorze mil euros)/mês, actualizável anualmente, nos termos definidos na presente informação e na minuta de contrato que se junta, em quadruplicado e que aqui se dá por inteiramente reproduzida para todos os efeitos.” -----

----- (A minuta de contrato, que devido à sua extensão não se reproduz nesta acta, fica devidamente arquivada, em anexo à proposta, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que no âmbito das negociações com o Estado relativamente à questão das esquadras, houve um acordo muito positivo relativamente ao arrendamento de uma vivenda do Município na Av. Santos Dumont, que iria permitir a instalação de uma esquadra de polícia que substituiria duas esquadras que foram encerradas, uma na Av. João Crisóstomo e outra no Bairro do Rego, e com essas instalações a polícia ficava bem instalada e as Avenidas Novas voltariam a ter uma esquadra de polícia. ----

----- Foi também lançado o procedimento para a realização da obra para a instalação, no Palácio Folgoza, da 1ª Divisão da PSP e de uma esquadra de polícia que permitisse reinstalar as esquadras muito mal instaladas, quer na entrada da Mouraria, quer nas traseiras do Teatro D. Maria II. -----

----- E, finalmente, concluíram-se as negociações, sob o ponto de vista patrimonial, relativamente a estas instalações na Alta de Lisboa. A certa altura o Ministério da Administração Interna tinha admitido que queria adquirir o imóvel, tendo chegado a propor uma eventual permuta entre essas instalações da Alta de Lisboa e um prédio afecto à PSP na Rua de Santa Marta, onde anteriormente estava instalada a Divisão de Trânsito, mas acabara por optar não pela aquisição das instalações mas pelo arrendamento. -----

----- Portanto, o que se tratava com esta proposta era proceder ao arrendamento dessas instalações, a Câmara passar a cobrar a renda e receber os retroactivos devidos desde a data do início da ocupação. -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (CDS-PP)**, no uso da palavra, começou por referir que o Sr. Presidente da Câmara lhes dera ali umas breves informações de ordem genérica, mas iria centrar-se, sobretudo, no teor da proposta 537/2009, a qual propunha a aprovação do epílogo de um processo que consideravam verdadeiramente paradigmático, pelo que valia a pena fazer uma breve resenha do que se passara. -----

----- Disse, então, que a Alta de Lisboa, que a curto prazo poderia contar com cerca de 50.000 habitantes, carecia, obviamente, de uma esquadra de proximidade, tendo o Governo anunciado para esse local a instalação não apenas de uma esquadra, mas, ainda, de uma nova Divisão da PSP. -----

----- A Câmara Municipal decidira então, e bem, acordar com a Sociedade Gestora da Alta de Lisboa a construção de um edifício de raiz, concebido para instalar aquelas duas estruturas, construção essa que se concretizara. -----

----- Mas, certamente por razões de elevado interesse nacional, o Governo mudara de rumo e enviara para as calendas, quer a esquadra, quer a nova Divisão. Só que o Governo lembrara-se, então, de deslocalizar a Divisão de Trânsito de Santa Marta para a Alta de Lisboa, e, para isso, propusera à Câmara a permuta dos dois edifícios, através de proposta feita pelo Sr. Sub-Secretário de Estado. Mas eis que esse governante cessara funções e com a sua substituição foram também substituídas as anteriores orientações. -----

----- Afinal, o Governo já não pretendia a permuta, não admitia a compra do edifício da Alta de Lisboa, que, aliás, já havia ocupado e apenas admitia o seu arrendamento. --

----- E era esse arrendamento que agora lhes era proposto aprovar, por um valor que rondava a terça parte do valor médio admissível. Tratava-se de uma história exemplar, da qual era possível tirar algumas ilações interessantes. -----

----- A primeira caracterizava a verdadeira linha de orientação que norteava a maioria das forças políticas presentes no Executivo, no que à segurança da população da cidade respeitava: -----

----- Muitas afirmações de grande preocupação, muitas críticas e contra-críticas, mas quanto a acção e luta para a assegurar, era o que se via. -----

----- Disse que tinha a ideia que foi mesmo o Sr. Presidente da Câmara que, à laia de desculpa, afirmara que só a mera presença da Divisão de Trânsito na Alta de Lisboa, constituir-se-ia já como factor de dissuasão. Não lhe pareciam necessários quaisquer comentários! -----

----- A segunda ilação revelava, mais uma vez, o acentuado pendor de subserviência da Câmara Municipal face ao Governo. E aqui, que lhe permitissem respigar algumas afirmações proferidas durante a discussão da proposta em reunião da Câmara. -----

----- Dizia o Sr. Presidente, citou: “A razão fundamental porque não se caminhou para a permuta e nos encaminhámos para o contrato de arrendamento é porque entretanto o Estado entendeu que não queria permutar”. -----

----- E mais adiante, relativamente ao compromisso assumido quanto à permuta dos edifícios, afirmara: “O Sub-Secretário de Estado cessou entretanto funções e os novos responsáveis entendem que não querem adquirir o edifício”. -----

----- Dizia o Sr. Vereador Cardoso da Silva, quanto ao preço do arrendamento: “Foi o acordo a que chegámos, não querem pagar mais”. -----

----- Mas essa matéria ficava ainda melhor esclarecida com a intervenção de um técnico da Câmara Municipal, presente na reunião: “Foi feito um valor duma avaliação nossa e uma avaliação feita pela PSP, nessa altura. O Director da PSP aceitou o valor dessa renda, mais tarde o Secretário de Estado, com base na avaliação das finanças, não aceitou o valor da renda. Isto é, não aceitou o valor e nunca mais foi pago e não aceitou o compromisso que o próprio Director da PSP tinha perante a Câmara”. -----

----- Ora bem, assim eram cumpridos os compromissos assumidos e se reforçava o estatuto de pessoa de bem que ao Governo caberia assumir. -----

----- Eis ao que chegaram: -----

----- Perante uma Câmara Municipal que pretendia, e bem, a instalação de uma esquadra de proximidade na Alta de Lisboa; perante um Presidente de Câmara que pretendia, e bem, que a Polícia Municipal assumisse as tarefas de regulação do trânsito, libertando agentes da PSP para as urgentes acções de manutenção da segurança pública, o que tinham? -----

----- A Divisão de Trânsito da PSP instalada num edifício da Câmara, na Alta de Lisboa, pagando uma renda ao preço da chuva, e o Governo dispondo de um edifício vago em Santa Marta, com destino possivelmente já decidido, arriscando ele que, seguramente, não seria o de nenhum hotel de charme. -----

----- E o Sr. Presidente da Câmara, já agora, que lhe permitisse que respeitosa e modestamente lhe perguntasse se, face ao seu recente e inesperado sentido de análise higiénica quanto à actuação do Governo, não entendia que todo este assunto se poderia caracterizar, também, como uma verdadeira nódoa, e esta de alguma dimensão. -----

----- Mas, tendo em conta todo esse exemplar processo, uma última ilação: Quer o PS com os seus aliados, quer o PSD com o seu movimento de cidadãos, na Câmara, admitiram e sancionaram o quero, posso e mando do Governo. -----

----- Com isso lesaram os interesses da Câmara; -----

----- Com isso abstiveram-se face à importante questão da segurança da população numa vasta área da cidade; -----

----- Com isso, permitiram, mais uma vez, que Lisboa e a sua população fossem preteridas face a interesses mais ou menos economicistas do Governo. O PCP, pela sua parte, estivera e estava contra toda essa actuação. -----

----- Entendiam que era e é possível pugnar pela concretização da permuta entre os dois edifícios; -----

----- Entendiam que face à quebra de compromissos por parte do Governo, a única forma que a Câmara teria de se ressarcir minimamente, ainda que transitoriamente, seria a de acordar uma renda justa para o imóvel ocupado pela Divisão de Trânsito; ---

----- Entendiam, ainda, que a PSP não podia nem devia demitir-se de uma objectiva e eficaz acção de policiamento na Alta de Lisboa. -----

----- Por fim, disse que por tudo aquilo que ficara dito e por tudo o mais que quotidianamente ocorria na governação da cidade, reafirmavam a expressão de que existia uma alternativa às orientações corporizadas pelos partidos do centro e que tanto têm penalizado a cidade. E reafirmavam, ainda, que o PCP sabia que essa alternativa era possível e que tudo faria, empenhadamente, para ajudar à sua concretização, a bem de Lisboa e da sua população. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, no uso da palavra, disse que como Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar não podia deixar de referir algo sobre toda esta questão. -----

----- Desde há oito anos se empenhara para que no Alto do Lumiar, portanto em toda a zona norte de Lisboa, abrangendo as freguesias do Lumiar, da Ameixoeira e da Charneca, houvesse segurança e não a insegurança que se vinha verificando ao longo dos anos. E daí que, em 2005, tivesse sido muito satisfatório ver o lançamento da primeira pedra da Divisão policial do Alto do Lumiar, que seria uma Divisão de competência genérica. -----

----- Sempre lutaram para que fosse isso, e não uma Divisão de Trânsito que foi o que efectivamente foi para lá, e uma pretensa esquadra com cerca de 30 elementos. Isto é, continuava a haver insegurança total para cerca de 100.000 habitantes. -----

----- Disse, depois, que nunca viu um Presidente da Câmara, pelo menos ao longo dos oito anos que estava na Assembleia Municipal, com tanta sorte como o actual. E porquê? Que reparassem na quantidade de recomendações aprovadas na Assembleia, por unanimidade, que o Sr. Presidente não cumpria. -----

----- Era esta questão da Divisão policial; era a questão de já ter mandado a EPUL para a Quinta dos Lilazes, contra uma recomendação aprovada, por unanimidade, na Assembleia Municipal; era a questão de jamais abrir o parque de estacionamento do Largo da República da Turquia; e era a questão de no Lumiar haver, neste momento, cerca de 20.000 utentes sem médico de família no centro de saúde. Nada estava feito! -

----- Ainda relativamente à Divisão policial, disse que aprovaram na Assembleia Municipal, em 19 de Fevereiro, que no protocolo de cedência das instalações do Alto do Lumiar à PSP, ficasse explícito que as mesmas eram destinadas a um comando de Divisão policial de competência genérica, mas a verdade era que quem estava lá era a Divisão de Trânsito, o que não correspondia nada à segurança que era necessária para aquela zona. -----

----- E mais: o PS apresentara-se a eleições no Lumiar, em 2005, tendo no seu programa eleitoral que naquele local existiria a 6ª Divisão da PSP. Era então Ministro da Administração Interna o Dr. António Costa, hoje Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, portanto, nem o programa do PS foi cumprido. -----

----- Aliás, o programa do PSD não ia tão longe porque não referia que era a 6ª Divisão, mas dizia que era uma Divisão de competência genérica da PSP. -----

----- Era lamentável que isso não tivesse sido cumprido, que se fizesse tábua rasa das recomendações que eram aprovadas pela Assembleia Municipal, e, mais do que isso,

que se fossem ceder essas instalações, que eram instalações de nível, pela insignificância referida na proposta. -----

----- Rematou dizendo que era algo que não compreendiam relativamente à segurança naquela zona da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que para além de se congratularem por, finalmente, ao fim de quase ano e meio, com reformatização desta utilização, por parte da PSP, dessas instalações, e não deixando de assinalar que era extraordinário que tivesse decorrido ano e meio sem que tudo isso se formalizasse e sem que se percebesse porquê, para além de também não ter ficado esclarecido na reunião de Câmara, havendo até uma troca de opiniões entre o Sr. Presidente e o Vereador das Finanças quanto à forma como renda tinha sido determinada, mas deixando isso de lado havia ali uma questão do ponto de vista formal que era importante que todos fossem alertados para ela e não saberia mesmo se a Câmara não teria que rever o articulado da proposta. -----

----- É que se os seus considerandos estavam correctos e correspondiam ao que constava da minuta do contrato, que era também aprovada e fazia parte integrante da proposta, a parte deliberativa estava em total desconformidade com a minuta do contrato. -----

----- Rezava a parte deliberativa: “autorização para o Município de Lisboa dar de arrendamento à PSP ... renovável sucessivamente por períodos de um ano”. E depois, na Cláusula III da minuta do contrato, dizia-se “... sucessivamente renovável pelo período de três anos” e continuava “até o Município de Lisboa não ter mais interesse no mesmo”. Ou seja, depreendia-se que a não renovação dependia da vontade do Município, números 2 e 3 da Cláusula III, em que quer o primeiro outorgante, o Município, quer o segundo outorgante, a PSP, podiam impedir a renovação automática do contrato. -----

----- Por isso, seria bom que a Câmara definisse o que era que efectivamente estavam ali a aprovar: Se era aprovar um arrendamento renovável por um ano até o Município de Lisboa não ter mais interesse no mesmo, e então teria que alterar a minuta do contrato, ou se era um arrendamento renovável sucessivamente por períodos de três anos até que alguma das partes não tivesse interesse no mesmo, e então tinha que alterar a parte deliberativa da proposta. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que com certeza era um lapso do processo negocial pelo que sugeriu que o Executivo rectificasse a proposta em Câmara, que assim ficaria adiada para a próxima semana. A menos que o Executivo estivesse em condições de responder para esclarecer esta questão. -----

----- Obtido o assentimento da Câmara para o adiamento da proposta, acrescentou que a discussão estava feita, pelo que na próxima semana teriam apenas a sua votação. ----

----- **PONTO 8 – PROPOSTA 538/2009 – APROVAR A DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DAS PARCELAS DE TERRENO MUNICIPAL ASSINALADAS COM AS LETRAS C E D, BEM COMO CONSTITUIR A FAVOR DA JUNTA DE FREGUESIA DE MARVILA, O DIREITO DE SUPERFÍCIE PELO PRAZO DE 50 ANOS, SOBRE A**

**PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, SITA NA AV. PAULO VI / RUA SOUSA BASTOS (BAIRRO DO ALFENIM), NA FREGUESIA DE MARVILA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO N.º 2 E NA ALÍNEA B) DO N.º 4, AMBOS DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 538/2009 -----

----- Pelouro: Vereador José Cardoso da Silva -----

----- Serviços: DPI -----

----- “Considerando que: -----

----- A Junta de Freguesia de Marvila solicitou à Câmara Municipal de Lisboa o seu apoio no sentido da constituição do direito de superfície sobre o antigo edifício ocupado pelo Grupo Desportivo e Recreativo “Os Magriços”, localizado na Av. Paulo VI / Rua Sousa Bastos (Bairro do Alfenim), para instalação da sua sede; -----

----- A actual sede da Junta de Freguesia de Marvila, não dispõe de instalações condignas que ofereçam bem-estar à população que abrange nem aos funcionários que nela trabalham; -----

----- O Município de Lisboa tem disponível o local pretendido pela Junta de Freguesia de Marvila, localizado na Av. Paulo VI / Rua Sousa Bastos (Bairro do Alfenim), na freguesia de Marvila, com a área de 1.028,00 m<sup>2</sup>; -----

----- O terreno pretendido encontra-se desocupado e livre de compromissos; -----

----- A Unidade de Projecto de Chelas e a Divisão de Estudos e Valorização do Património pronunciou-se favoravelmente quanto à viabilidade de implementação do programa proposto para as novas instalações da Junta de Freguesia de Marvila; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64º, n.ºs 1, alínea f) e 6, alínea a) e do 53º, n.º 2, alínea i) e n.º 4 alínea b), ambos da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão delibere: -----

----- 1. Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a desafecção do domínio público para o domínio privado das parcelas de terreno municipal, tracejadas à cor azul e assinaladas com as letras C, e D na cópia da Planta n.º 05/097/02, do Departamento do Património Imobiliário, com as áreas de 107,70 m<sup>2</sup> e 23,25 m<sup>2</sup> respectivamente; -----

----- 2. Constituir a favor da Junta de Freguesia de Marvila, o direito de superfície pelo prazo de 50 anos, renovável por sucessivos períodos, se não for denunciado por qualquer uma das partes, sobre a parcela de terreno municipal, sita na Av. Paulo VI / Rua Sousa Bastos (Bairro do Alfenim), na freguesia de Marvila, tracejada à cor azul, na cópia da Planta n.º 05/097/02, do Departamento do Património Imobiliário, com a área de 1.028,00 m<sup>2</sup>, mediante o pagamento do preço na importância de €78.140,00 (setenta e oito mil cento e quarenta euros), no acto da escritura de acordo com o disposto no ponto 2 da Proposta n.º 96/92, aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião de 19 de Março de 1992, alterada pela proposta n.º 543/94. -----

----- CONFRONTAÇÕES -----

----- Norte – C.M.L. e Av. Paulo VI -----

----- Nascente – C.M.L. -----

----- Sul – C.M.L. e Domínio Publico -----

----- Poente – Av. Paulo VI e C.M.L. -----

----- CONDIÇÕES DE ACORDO -----

----- 1. A Junta Freguesia de Marvila compromete-se, de acordo com projectos a aprovar pela Câmara, a dar início à construção de um edifício no prazo de 1 ano após o respectivo licenciamento e a destiná-lo às instalações da sua nova sede; -----

----- 2. A parcela de terreno municipal é entregue no estado em que se encontra; -----

----- 3. O preço do direito de superfície será pago na sua totalidade, no acto da escritura, de acordo com o disposto no ponto 2 da Proposta n.º 96/92, aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião de 19 de Março de 1992; -----

----- 4. A afectação da parcela de terreno a fim diverso do fixado na presente proposta determina a reversão do direito de superfície, sem que a superficiária tenha direito a qualquer indemnização pelas benfeitorias entretanto efectuadas; -----

----- 5. O prazo de 50 anos poderá ser prorrogável por sucessivos períodos, se não for denunciado por qualquer uma das partes; -----

----- 6. A alienação do direito de superfície carece de autorização expressa do Município de Lisboa, que gozará do direito de preferência, em primeiro grau; -----

----- 7. Operada a extinção do direito de superfície, por qualquer causa, a parcela de terreno volta à posse do Município sem que a superficiária tenha direito a qualquer indemnização. -----

----- (Processo Privativo n.º 102/DPI/05).” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que ela tratava da desafectação de duas parcelas de terreno do domínio público para o domínio privado municipal e constituição de direito de superfície para construção da sede da Junta de Freguesia de Marvila. -----

----- O processo foi apreciado pelos serviços da Câmara, pela Unidade de Projecto de Chelas e pela Divisão de Estudos e Valorização do Património, do Departamento de Património Imobiliário. -----

----- Quanto à viabilidade de implementação do programa, disse que o direito de superfície era por 50 anos, prorrogável, e a forma de cálculo do valor do direito de superfície e os termos do acordo constavam da proposta e seguiam as regras que a Câmara aprovara relativamente à avaliação dos direitos de superfície. -----

----- Disse que a proposta era suficientemente explícita pelo que lhe parecia que não havia nada mais a acrescentar. -----

----- **A Senhora Presidente**, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 538/2009, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Depois informou que as propostas 539/2009 e 570/2009 desceram às Comissões Permanentes de Finanças e de Urbanismo. -----

**----- PONTO 11 – PROPOSTA 576/2009 – APROVAR ACEITAR A DOAÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO, DESIGNADAS PELOS NÚMEROS 1 E 2 DESTINADAS A INTEGRAR O DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, A FIM DE VIABILIZAR UMA CONSTRUÇÃO LOCALIZADA À ALAMEDA DAS LINHAS DE TORRES NºS 150/152, BEM COMO APROVAR A AFECTAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO DAS REFERIDAS PARCELAS DE TERRENO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO N.º 2 E NA ALÍNEA B) DO N.º 4, AMBOS DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----**

----- PROPOSTA 576/2009 -----

----- Pelouro: Vereador José Cardoso da Silva e Vereador Manuel Salgado -----

----- Serviços: DPI/DEVPI -----

----- “Considerando que, -----

----- 1. O pedido de licenciamento para um terreno sito à Alameda das Linhas de Torres nº 150/152, submetido pelo Proc. nº 6/ZD/2002, foi Deferido por despacho da Sr.ª Vereadora Eduarda Napoleão em 02.02.2005 (Anexo 1), tendo o projecto de alterações para o mesmo local, submetido pelo Proc. nº 36/EDI-UPAL/2005, sido Deferido por despacho do Sr. Vereador Manuel Salgado em 24.04.2008 (Anexo 2). ---

----- 2. É condição necessária do Deferimento do supracitado pedido de licenciamento, que “M2PR – Promoção Auto Construção Imobiliária”, ou de quem no acto da escritura prove ser o legítimo proprietário, efectue a doação de duas parcelas de terreno para integrar o domínio público, com a área total de 622,87 m2. -----

----- 3. As parcelas de terreno referidas no ponto 2 supra, serão a desanexar da descrição nº 2003 da freguesia do Lumiar da 7ª Conservatória de Registo Predial de Lisboa (Anexo 3). -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea h) n.º 1 e alínea a) do n.º 6 do art. 64º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à Assembleia Municipal para que este Órgão, ao abrigo do artigo 53º, nº 2, alínea i) e nº 4, alínea b), aprove: -----

----- - Aceitar a doação de “M2PR – Promoção Auto Construção Imobiliária”, ou de quem no acto da escritura prove ser o legítimo proprietário de duas parcelas de terreno, designadas pelos números 1 e 2, representadas a cor cinzenta na cópia da planta nº 09/031/04 do Departamento de Património Imobiliário, em anexo e que faz parte integrante da presente proposta, com a área total de 622,87 m², destinadas a integrar o domínio público municipal, afim de viabilizar uma construção localizada à Alameda das Linhas de Torres nºs 150/152; -----

----- - Submeter à Assembleia Municipal a afectação ao domínio público das referidas parcelas de terreno. -----

----- CONDIÇÃO DE ACORDO -----

----- As parcelas a transmitir ao Município de Lisboa devem estar livre de ónus e encargos. -----



----- CONFRONTAÇÕES -----  
----- (Parcela 1:) -----  
----- Norte – CML (Alameda das Linhas de Torres, nº 154-156) -----  
----- Norte – M2PR e outros -----  
----- Nascente – CML (Rua Luís Pastor de Macedo) -----  
----- Poente – M2PR e outros; CML (Alameda das Linhas de Torres, nº 154-156 -----  
----- (Parcela 2:) -----  
----- Norte – CML (Rua Luís Pastor de Macedo) -----  
----- Norte – CML (Rua Luís Pastor de Macedo) -----  
----- Nascente – CML (Rua Luís Pastor de Macedo) -----  
----- Poente – M2PR e outros; particular -----  
----- ANEXOS -----  
----- Anexo 1 – Cópia da Inf. nº 2371/DMGU-UPAL/04 de 18.11.2004, ingressa no  
Proc. nº 6/ZD/2002 a fls. 196 -----  
----- Anexo 2 – Cópia da INF/230/DMGU/UPAL/09 de 21.04.2009, ingressa no  
Processo “E” nº 14/DPI/09 -----  
----- Anexo 3 – Cópia da INF/210/DPI/DAJ/09 de 06.04.2009, ingressa no Proc. nº  
6/ZD/2002 a fls. 341 -----  
----- Anexo 4 – Cópia validada pela UPAL “Conforme Original” do Desenho nº 1, nº  
de Arquivo 0.66 LIC, constante a fls. 105 do Proc. nº 36/EDI-UPAL/2005, e  
referenciada na planta nº 09/031/04 do DPI -----  
----- (Processo “E” nº 14/DPI/09) -----  
----- (Processo nº 13243/CML/09).” -----  
----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da  
proposta, disse que ela dizia respeito à cedência de uma parcela do domínio privado  
para integrar o domínio público municipal, e era condição de deferimento de uma  
operação urbanística. -----  
----- Referiu que na operação urbanística era feita uma delimitação e reestruturação  
fundiária, e, portanto, o que sobrava do futuro prédio era cedido para o domínio  
público municipal. -----  
----- **A Senhora Presidente**, visto que mais ninguém desejara intervir, encerrou o  
debate e de seguida submeteu à votação a proposta 576/2009, tendo a Assembleia  
deliberado aprová-la, por unanimidade. -----  
----- Finda a votação, informou que a proposta 582/2009 baixou às Comissões  
Permanentes de Finanças e Urbanismo. -----  
----- **PONTO 13 – PROPOSTA 568/2009 – APROVAR A ALTERAÇÃO DO  
REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO  
DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CMIPD), NOS TERMOS DA PROPOSTA,  
AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI  
N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º  
5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----  
----- PROPOSTA 568/2009 -----  
----- Pelouro: Vereadora Ana Sara Brito -----

----- Serviços: Departamento de Acção Social -----

----- “Considerando: -----

----- I. A existência de mecanismos de exclusão social que inibem os(as) cidadãos(ãs) com deficiência, por múltiplas razões e em muitas circunstâncias da sua vida, de exercer plenamente a sua cidadania; -----

----- II. O desafio que constitui a inclusão social das pessoas com deficiência que, a realizar-se, enriquecerá o desenvolvimento humano da nossa cidade; -----

----- III. As directrizes emanadas da Organização das Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde, Organização Internacional do Trabalho, União Europeia e a própria legislação nacional que sublinham a necessidade de medidas adicionais que favoreçam a inclusão social das pessoas com deficiência em áreas como o emprego, trabalho e formação, consumo, segurança social, saúde, habitação e urbanismo, transportes, educação e ensino, cultura e ciência, sistema fiscal, desporto e tempos livres; -----

----- IV. O objectivo da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de promover, proteger e garantir o gozo pleno e igual de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e de promover o respeito pela dignidade; -----

----- V. A necessidade de dar cumprimento ao estabelecido no artigo 71º da Constituição da República Portuguesa, e o objectivo da realização de uma política global, integrada e transversal expresso na Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência; -----

----- VI. O dever das Administrações Central e Local de promoverem políticas de reabilitação e inclusão social das pessoas com deficiência vertidas no primeiro Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências e Incapacidades (PAIPDI) e no Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA); -----

----- VII. A importância de desenvolver mecanismos facilitadores da participação das pessoas com deficiência na definição de políticas inclusivas, projectos e acções municipais; -----

----- VIII. Que já se passaram mais de dez anos desde que o Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência foi criado e que, nesse período, se verificou uma notória evolução conceptual e legislativa nesta área. -----

----- TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE: -----

----- Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de alteração ao Regulamento do Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência (CMIPD), com a redacção que se propõe, nos termos das disposições conjugadas na alínea a) do nº 6 do art. 64º e alínea a) do nº 2 do art. 53º, ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, juntando-se para o efeito minuta de Regulamento do Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência (CMIPD), com as alterações identificadas a negrito, que faz parte integrante da presente proposta e que aqui se dá por integralmente reproduzida.” -----

----- (O Regulamento, que devido à sua extensão não se reproduz nesta acta, fica arquivado, em anexo à proposta, junto dos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- **A Senhora Vereadora Ana Sara**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que ela visava a alteração do Regulamento do Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência, e para chegarem a estas alterações reuniram com os conselheiros, com as associações de e para deficientes, ouviram peritos na matéria, e os conselheiros votaram por unanimidade. -----

----- Referiu que este Conselho existia há mais ou menos dez anos, o seu Regulamento nunca foi alterado, mas tiveram mesmo que propor algumas alterações dado que as directrizes emanadas da Organização das Nações Unidas, da Organização Mundial de Saúde, da Organização Internacional de Trabalho e da União Europeia, e mesmo de acordo com o artigo 61º da Constituição da República Portuguesa, tinham que fazer estas alterações, alterações que podiam parecer pequenas mas que eram substanciais para as pessoas com deficiência. -----

----- Disse que se lessem o anterior Regulamento viam que ele dizia: “pessoas portadoras de deficiência”. Ora, as pessoas não eram portadoras de deficiência, as pessoas tinham uma deficiência, e era a alteração entre deficiência e incapacidade que era importante distinguir. -----

----- Depois, para que se pudesse efectivamente concretizar os objectivos que o Conselho pretendia, teriam que fazer algumas alterações de acordo com a linguagem, mas faltava-lhes a área da educação nos grupos de trabalhos. -----

----- E também faltava actualizar de acordo com os tempos para que os conselheiros participassem activamente para o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara para nesses documentos se pudessem vir a plasmar as suas propostas e projectos. -----

----- Porque a Câmara, em termos de trânsito, requalificação do espaço público, jardins e outras áreas, não podia deixar de ouvir o Conselho Municipal para que este desse parecer sobre se todos os aspectos relacionados com barreiras arquitectónicas estavam salvaguardadas. Isto no cumprimento escrupuloso da Lei 163/93, que já deveria estar a ser cumprida mas que na verdade os vários Executivos da Câmara foram esquecendo um pouco. -----

----- Todas as instalações, quer municipais, quer particulares, tinham que obedecer à legislação dando acesso a todos, e, por isso, o Plano Municipal de Acessibilidades, que estava agora em Câmara para ser aprovado, foi feito em colaboração com os pareceres do Conselho e em colaboração com os técnicos de excepção que o DAS – Departamento de Acção Social, tinha, que deviam ser dos técnicos que em Portugal mais conheciam dessas áreas da acessibilidade e mobilidade. -----

----- Portanto, fizeram estas alterações dando mais força ao Conselho Municipal para a inclusão da pessoa com deficiência. Aliás, a Deputada Municipal Deolinda Machado chamara a atenção, numa crítica positiva como sempre tem feito, que não lhe parecia visível no Regulamento a questão do Conselho pedir cotas para emprego na Câmara para pessoas com deficiência e que isso se cumprisse, e isso estava efectivamente considerado. -----

----- Por conseguinte, o Regulamento recebera a unanimidade da Câmara, recebera a unanimidade dos conselheiros, e, como já referira, todas as associações de e para deficientes foram ouvidas em *workshops* realizados para o efeito, correspondendo portanto o Regulamento àquilo que deve ser o Conselho Municipal para a Inclusão da Pessoa com Deficiência e não o Conselho Municipal para a Pessoa Portadora de Deficiência, porque, como também já referira, ninguém carregava uma deficiência. ---

----- As pessoas que tinham uma deficiência tinham direito à igualdade e tinham direito à discriminação positiva no emprego, e nesse aspecto a Câmara deveria dar o exemplo começando pelos seus serviços. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, depois de referir que o PSD defendia e apoiava esta proposta, disse que queria pedir um esclarecimento e fazer um alerta. -----

----- Começando pelo esclarecimento, disse que gostariam que fosse esclarecido se o Secretariado Técnico seria um secretariado remunerado ou era um secretariado que acumulava funções que já desempenhava em áreas da deficiência na Câmara. Ou seja, se em acumulação prestava esse serviço ao Conselho. -----

----- Quanto ao alerta, que a Mesa saberia se era possível ultrapassar, hoje, ou não, disse que a proposta tinha uma determinada designação: “Alteração do Regulamento do Conselho Municipal para a ‘Integração’ da Pessoa com Deficiência” como era assim que, aliás, vinha aditado na Ordem de Trabalhos. Em todos os considerandos da proposta e em toda a economia do Regulamento a expressão que se usava era “inclusão”. Aliás, até dava a ideia, por aquilo que vinha a negrito, que se quisesse evidenciar o termo inclusão. -----

----- Mas depois, quando chegavam ao Regulamento propriamente dito, que era objecto de aprovação, o que tinham era: “Regulamento do Conselho Municipal para a ‘Inclusão’ da Pessoa com Deficiência”, e não para a “integração”. E na definição do artigo 1º também aparecia também aparecia o Conselho Municipal para a “inclusão” das pessoas com deficiência e não para a “integração”. -----

----- Portanto, em que ficavam? Era Conselho Municipal para a “integração”, ou era Conselho Municipal para a “inclusão”? Tinham que saber, não era uma questão fundamental, mas era, pelo menos, uma questão de rigor que a Assembleia Municipal deveria exigir. -----

----- **A Senhora Vereadora Ana Sara Brito** esclareceu que o anterior Conselho Municipal se chamava para a “integração” enquanto este queriam que se chamasse para a “inclusão” da pessoa com deficiência. -----

----- Quanto ao Secretariado Técnico, disse que ele era composto por funcionários do Departamento de Acção Social, que tinham como missão dar apoio ao Conselho Municipal, cada um dentro da sua área. Mas esse apoio não tinha qualquer remuneração adicional porque não havia pagamento de horas extraordinárias, sendo que quando trabalhavam para além das horas normais, no dia seguinte compensavam essas horas a mais do dia anterior entrando mais tarde. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a interpretação da Mesa era simplicíssima. Estava correcto na Ordem de Trabalhos, porque de facto ela alterava o “Regulamento

para a Integração”, sendo que uma das coisas que alterava era o próprio nome, o que podia ser aditado na Ordem de Trabalhos, e se estivessem todos de acordo era assim que se faria. -----

----- Portanto, alterava o “Regulamento para a Integração”, que com a alteração passaria a designar-se “Regulamento para a Inclusão”. -----

----- Por conseguinte, corrigia-se a Ordem de Trabalhos, cuja súmula não teria sido muito feliz, e passava a conter essa menção. -----

----- Seguidamente, dado que mais ninguém desejara intervir, submeteu à votação a proposta 568/2009, com a rectificação incluída, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Depois informou que as duas propostas do 2º aditamento, concretamente as propostas n.ºs 153/2009 e 154/2009, por deliberação da Conferência de Representantes baixaram à Comissão Permanente de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais, assim como a proposta 567/2009 baixara também às Comissões Permanentes de Finanças e de Urbanismo. -----

----- Nesta altura, a **Senhora Presidente** deu nota dos resultados da votação referente ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos, que decorrera, por escrutínio secreto, em paralelo com os trabalhos do Plenário, para a eleição do Representante da Assembleia Municipal de Lisboa para integrar o Conselho da Comunidade, ACES Grande Lisboa III-Lisboa Central, que foi a seguinte: -----

----- Votos entrados da urna .....	84	-----
----- Votos a favor .....	44	-----
----- Votos contra .....	19	-----
----- Votos brancos .....	11	-----
----- Abstenções .....	9	-----
----- Votos nulos .....	1	-----

----- Face aos resultados desta votação, proclamou eleito o Sr. Deputado Municipal Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, do PSD, para integrar o Conselho da Comunidade, ACES Grande Lisboa III-Lisboa Central. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 2 de Março de 2006, inserida a páginas 40 da respectiva acta (acta n.º 6). -----

----- Seguidamente, a **Senhora Presidente** submeteu à votação a prorrogação desta Sessão por mais uma reunião, tendo a Assembleia Municipal deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Depois deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, no próximo dia 21 de Julho, pelas 15 horas. -----

----- Eram 19 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, \_\_\_\_\_.

----- A PRESIDENTE -----

